



Ata da 284ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual de Meio Ambiente-CONSEMA, realizada no dia 21 de junho de 2011.

Realizou-se no dia 21 de junho de 2011, às 09h00, na Sala de Reuniões do Conselho, Prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 284ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Compareceram os conselheiros **Rubens Naman Rizek Junior, Secretário de Estado Adjunto do Meio Ambiente, Sérgio Luiz Damiaty, Danilo Angelucci de Amorim, Marcos Aparecido de Oliveira, Cláudio Bedran, Ana Maria de Gouvêa, Luís Gustavo Garbelin, Andréa Nascimento, Marcus Alexandre Pires, Daniel Smolentzov, Nerea Massini, Capitão Marcelo Robis Francisco Nassaro, Jorge Hamada, Rui Brasil Assis, José Pedro Cezar Fittipaldi, Mário Imura, Miron Rodrigues da Cunha, Adriana Damiani Correia Campos, Miron Rodrigues da Cunha, Sônia Maria Flores Giancesella, Iracy Xavier da Silva, Carlos Alberto Maluf Sanseverino, Luiz Antônio Cortez Ferreira, Paulo Roberto Dallari Soares, Luís Sérgio Osório Valentim, Rodrigo Antônio Braga Moraes Victor, Pierre Roberto de Siqueira, Ana Cristina Pasini da Costa, Evandra Bussolo Barbin, Carlos Alberto Cruz Filho, Rosa Ramos e Francisco Emílio Baccaro Nigro.** Constavam do Expediente Preliminar: 1) aprovação das atas da 282ª e 283ª Reuniões Plenárias Ordinárias; 2) comunicações da presidência e da secretaria executiva; 3) assuntos gerais e inclusões de urgência na ordem do dia. Constavam da Ordem do Dia: 1) classificação de saturação e severidade da qualidade do ar nas sub-regiões do Estado de São Paulo, considerando-se os dados de monitoramento de 2008 a 2010; 2) Plano de Manejo do Parque Estadual do Jaraguá; 3) informações sobre processo para a instalação das Câmaras Regionais do Alto Tietê (UGRHI 6) e do Ribeira do Iguape/Litoral Sul e Alto Paranapanema (UGRHIs 11 e 14). O **Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho,** declarou abertos os trabalhos e submeteu à votação as atas da 282ª e 283ª Reuniões Plenárias Ordinárias, que foram aprovadas nos termos regimentais. A conselheira **Maria Auxiliadora Assis Tschirner** solicitou que, às páginas 12, linha 24, da ata da 283ª Reunião Plenária Ordinária, **onde se lê:** “A conselheira Ana Maria Gouveia declarou que...”, **leia-se:** “A conselheira declarou que (...)”. Passou-se aos assuntos gerais e inclusões de urgência na ordem do dia. O conselheiro **Cláudio Bedran** chamou atenção para o licenciamento prévio, pela SMA/CETESB, do empreendimento “Blue Mountain” – hotel erguido em área de preservação permanente na Serra da Mantiqueira, em Campos do Jordão –, que qualificou como “absurdo” e a respeito do qual, afirmou, o IBAMA não patenteou oposição. Enfatizou que a obra, até onde se concretizou, apresentava incontáveis irregularidades que produziram inúmeros prejuízos ao meio ambiente local, destacando-se a destruição de mata nativa, edificações em áreas de topo de morro e perto de nascentes d’água, desmatamento de vegetação de campo de altitude inserida em área que abriga animais silvestres ameaçados de extinção e, sem anuência do Estado, implantação de reservatório e respectivo sistema de captação. Informou que, após o Ministério Público requerer judicialmente fosse embargada a obra, os órgãos acima citados posicionaram-se em alinhamento com o embargo, revogando a licença anteriormente concedida. Arguiu a necessidade de se garantir o cumprimento da legislação ambiental contra qualquer fator interferente, a exemplo do poder econômico, de modo a propiciar sejam os pedidos de licenciamento tratados todos eles com o mesmo rigor. Também fez comentários sobre a expansão agrícola que vem ocorrendo nas áreas de vegetação nativa nos municípios de São Carlos, Araraquara e Bauru, encontrando-se essas áreas protegidas em vias de desaparecer, porque dos 1.200 ha originais de cerrado restam apenas 200, motivo por que propunha que o Governo do Estado realizasse o zoneamento agrícola dessas áreas e, com base nele, se entrasse com ação judicial, para fazer cessar essa situação. A conselheira **Nerea Massini** comunicou que se encontrava em fase de consulta pública no sítio eletrônico da SMA – precisamente no *link* da Coordenadoria de Planejamento Ambiental – a primeira etapa do Zoneamento Ecológico-Econômico do Vale do Paraíba, que corresponde aos dados produzidos sobre as dinâmicas territoriais e as políticas públicas em desenvolvimento nas áreas que conformam a UGRHI 2 e que são necessários para elaboração do diagnóstico ambiental. Informou também que o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Governador Geraldo Alckmin e o Secretário Bruno Covas fizeram o lançamento do “Relatório de Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo – 2011”, por ocasião da comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, dia 5 de junho último, e que este documento será oficialmente encaminhado pelo Presidente do Conselho a todos os seus membros. O conselheiro **Carlos Alberto Maluf Sanseverino** registrou, em nome da OAB, a presença do Coordenador de Áreas de Interior, da OAB/SP, especialista em áreas de interior em prédios doentes, que poderá, oportunamente, apresentar seu trabalho ao Conselho. Registrou também a presença da Profª. Dra. Thais Leonel, Secretária-Geral da mesma coordenadoria, após o que fez comentários e ponderações. Primeiramente, dando a conhecer o fato de ter sido nomeado relator do Código Florestal e de ter sido criado recentemente o Comitê de Florestas, órgão que tem por tarefa apresentar sugestões ao Senado Federal no que tange às possíveis alterações a serem feitas nesse importante instrumento. No segundo momento, convidou os conselheiros e interessados a tomarem parte do debate que será travado nesse comitê a respeito do código e ponderou sobre a pertinência dos pontos de vista apresentados na matéria publicada na edição de 19 de junho último do jornal “O Estado de São Paulo”, ao chamar atenção para a necessidade de possuírem embasamento científico as mudanças a serem introduzidas nesse documento. Indagou ao Secretário Adjunto do Meio Ambiente Rubens Rizek sobre as medidas que a SMA tenciona adotar, especialmente no tocante ao combate à pobreza extrema, causa maior da degradação ambiental no mundo. Por último, solicitou maiores informações acerca do que se pretendia fazer com relação ao circuito das bicicletas, à vista do recente atropelamento de que foi vítima fatal um empresário paulistano. Indagou ao Capitão Marcelo Robis Francisco Nassaro acerca de eventual participação da Polícia Militar Ambiental na implementação das medidas de segurança preventiva para o uso de bicicletas no meio urbano que vierem a ser adotadas. O **Secretário-Adjunto do Meio Ambiente, Rubens Rizek**, observou que o Código Florestal era assunto prioritário não apenas da Secretaria e do CONSEMA, mas de todo e qualquer cidadão que reconhece a importância da questão ambiental. Ressaltou que, nada obstante a descrição que marca sua atuação à frente da SMA, o Secretário Bruno Covas estava envidando os melhores esforços, com suporte na estrutura oferecida pela SMA como um todo, para que, de forma engajada, responsável e apaixonada, se implementem estratégias e medidas com vistas a minimizar, tanto quanto possível, eventuais prejuízos que as mudanças que vierem a ser introduzidas nesse instrumento possam acarretar. Teceu comentários sobre o posicionamento da comissão por São Paulo e declarou haver razões para se esperar que a análise a ser feita pelo Senado possua maior rigor técnico. Observou que, em relação ao tema pobreza, a atual gestão tinha por política, sempre que possível, aliar à preservação ambiental a idéia de sustentação econômica dos projetos. Colocou-se à disposição do conselheiro para oferecer informações mais detalhadas acerca das inúmeras medidas que, embora não incidam diretamente sobre o combate à pobreza – pois o problema, ao que lhe parece, é sistêmico –, contribuem para sua minimização. Citou, como exemplo, a experiência pioneira de PSA-Pagamento por Serviços Ambientais em São Paulo, para cuja ampliação, antecipou, o Governo possuía ambiciosos planos. O conselheiro **Carlos Alberto Maluf Sanseverino** interveio enfatizando a importância da educação ambiental, e citou a Baixada Santista como uma das regiões dignas de particular atenção pelas características que apresenta, uma vez que suas encostas são objeto de frequente ocupação irregular. Observou que ações coordenadas com a Secretaria da Educação e por meio das quais se busque conscientizar a população local reduziriam tais ocupações e, por conseguinte, preveniriam os desmoronamentos. O **Secretário-Adjunto do Meio Ambiente, Rubens Rizek**, assumiu o compromisso de prontamente transmitir o exato teor das preocupações do conselheiro às áreas competentes, em especial à Coordenadoria de Educação Ambiental da Secretaria. **Marlene Gardel**, representante da Secretaria da Educação no CONSEMA, informou que já se estava discutindo, por determinação do Secretário, a implantação de matéria sobre educação ambiental nos currículos escolares. Arrematou o **Secretário** que o objetivo de iniciativas dessa natureza era propiciar uma educação ambiental preponderantemente “de massa”, e não “de elite”. Com relação à questão suscitada a respeito das bicicletas, declarou também que a Secretaria desenvolvia diversas ações, e citou a título de exemplo o Programa Município VerdeAzul, que tem incentivado, interior adentro, a implantação de ciclovias, o que estava sendo feito sob o ponto de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

vista da segurança do tráfego, isto é, de forma absolutamente responsável. O conselheiro **Cláudio Bedran** ponderou que o Grapohaab, ao promover o licenciamento, deveria estabelecer como condicionante para concessão da licença de operação a implantação de ciclovias, e sugeriu constasse tal implantação como condicionante da expedição da licença. O **Secretário-Adjunto, Rubens Rizek**, informou que se encontrava em estágio avançado de elaboração o parecer técnico a ser emitido pela CETESB sobre a viabilidade ambiental do “Rodoanel Metropolitano Mário Covas – Trecho Norte”, faltando apenas incorporar as manifestações do IBAMA e dos órgãos federais, que, por sinal, destacou, haviam sido realizadas com muito critério. Esclareceu que, por tratar-se de assunto de alta relevância e urgência, a presidência do Conselho decidiu convocar uma reunião extraordinária, o que fazia neste ato, contendo como único ponto da ordem do dia a apreciação desse documento. Assim, prosseguiu, seria encaminhado aos conselheiros, na forma regimental, o instrumento de convocação para essa reunião, a dar-se no dia 28 de junho, terça-feira seguinte, e exortou os conselheiros a comparecerem a essa reunião plenária extraordinária. O **Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho**, salientou que a convocatória com o supracitado parecer seria encaminhada ainda naquele dia, via internet, a todos os membros do CONSEMA. Passou-se ao primeiro ponto da ordem do dia, qual seja a classificação de saturação e severidade da qualidade do ar nas sub-regiões do Estado de São Paulo, considerando-se os dados de monitoramento de 2008 a 2010. O **Secretário-Executivo do Conselho** convidou **Maria Helena Martins**, representante da CETESB, para, por até meia hora, explanar o assunto, após o que se passaria à sua discussão. Antes, porém, o **Presidente do Conselho** anunciou a honrosa presença do Prof. Paulo Nogueira-Neto, conselheiro convidado. Preliminarmente, informou a **expositora** que a classificação de que trataria era baseada no Decreto Estadual 52.469/2007, e que tinha por escopo definir quais as áreas em que a qualidade do ar era mais degradada, possibilitando-se assim sua recuperação, sem prejuízo do desenvolvimento industrial das respectivas regiões. Observou que, para tanto, as indústrias devem aprimorar seus processos produtivos e implementar melhorias tecnológicas, de modo a minimizar as emissões e assim gerar créditos. Esclareceu que esses mesmos créditos podem ser utilizados de diferentes formas em futuras ampliações, desde que produzam ganho ambiental – e exemplificou o processo. Anualmente, informou, é oferecida uma listagem completa das áreas saturadas, baseada nas medições dos últimos três anos, cotejadas com os parâmetros estabelecidos pelos diplomas legais que orientam o procedimento. Cada poluente é referenciado por um padrão que lhe é próprio, de curto, médio e longo prazos. Esclareceu que a classificação designa como saturada a área em que o padrão de qualidade do ar é ultrapassado mais de uma vez; a área em vias de saturação, por outro lado, é definida como aquela em que os índices, embora elevados, ainda não ultrapassam os limites estabelecidos pelos padrões; por fim, definem-se as áreas não saturadas como sendo aquelas em que as concentrações estão abaixo de 90% dos valores-padrão. Quanto à abrangência da saturação para poluentes primários, considera-se a área relativa ao município aferido. Diverso era o caso do ozônio – sublinhou – visto tratar-se de poluente que se forma na atmosfera a partir de reações tanto dos óxidos de nitrogênio como dos compostos orgânicos voláteis, abrangendo, portanto, área superior – um raio de trinta quilômetros contados a partir da estação de monitoramento. Informou que existem ainda, no que tange aos ambientes saturados, subclassificações quanto ao grau de severidade dessa saturação – saturado moderado e saturado severo –, o que ilustrou com mais exemplos. Informou que a CETESB conta com uma rede automática de monitoramento da qualidade do ar, criada em 1981, atualmente com quarenta e duas estações distribuídas pelo Estado, e nas quais são monitorados o dióxido de enxofre, as partículas inaláveis, o ozônio, os óxidos de nitrogênio e o monóxido de carbono, poluentes todos contemplados pela classificação de saturação. Ressaltou que grande parte das estações está situada em área definida como unidade vocacional com características industriais, e exibiu, grosso modo, por intermédio de eslaides, a distribuição geográfica das demais estações. Acrescentou que, às estações automáticas, somam-se outras de funcionamento manual, e ofertou rica coleção de detalhes acerca da dinâmica à qual o monitoramento obedece. Deu a conhecer que as áreas com saturação severa concentram-se no entorno da RMSP, nada obstante se registre a existência de outras em vias de saturação no Interior do Estado. Observou ainda que: a saturação por ozônio era mais



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

severa nas proximidades da RMSF; com relação ao material particulado, a saturação era maior em São Paulo e proximidades, e também em Cubatão e Santa Gertrudes – os dois últimos municípios com registro de saturação severa; e, por fim, quanto à saturação proveniente do monóxido de carbono, óxido de nitrogênio e dióxido de enxofre, esclareceu que nenhum município registrou saturação, e que apenas São Paulo encontra-se em vias de saturação e exclusivamente para óxido de nitrogênio. Ressaltou que, em face da proposta de implantação de novos padrões de qualidade do ar, o que se propunha e recomendava era que se procedesse à adequação da legislação vigente aos novos índices. Encerrada a apresentação do estudo, deu-se início aos debates. Inicialmente o conselheiro **José Pedro Fittipaldi** comentou que o tema abordado era-lhe particularmente importante, e que, tendo-o estudado em profundidade, entendia que a classificação da saturação da qualidade do ar no Estado, apesar de constituir uma obrigação legal da CETESB realizá-la periodicamente, emergia em momento inoportuno, por conta exatamente da rediscussão dos padrões da qualidade do ar, com índices já aprovados pelo Conselho, e por conta ainda de deliberação que determina, entre outros, a revisão dos padrões de saturação. Comentou que o tema vinha sendo discutido há muito tempo, e que, se aplicados, por exemplo, os padrões adotados pela União Europeia para o ozônio troposférico, o Brasil, como também os Estados Unidos, encontrar-se-ia inteiramente em situação de conformidade àqueles padrões, e salientou que eles são bastante mais rigorosos que os nossos. Observou, porém, que o critério adotado pela União Europeia admitia fossem ultrapassados os valores máximos aceitos por até vinte e cinco vezes ao ano. Teceu elogios ao instrumento de que se fazia uso atualmente, e que consistia em se atrelar a qualidade ambiental às medidas de gestão do meio ambiente, mas ressaltou a necessidade de que ele esteja calibrado adequadamente, sob pena de enfrentar, entre outros problemas, barreiras ambientais impeditivas da instalação, por exemplo, de novas indústrias, o que gera insegurança jurídica. Pleiteou, ao final, que a proposta de classificação da qualidade do ar fosse elaborada somente após definidos os novos critérios orientadores a serem discutidos. A conselheira **Sônia Maria Flores Ganesella** indagou se também as regiões onde ocorre queimada de cana-de-açúcar teriam os índices de saturação por material particulado ultrapassados, e mencionou o município de Tatuí que, nada obstante não constar do estudo como região saturada, sofre sensivelmente os efeitos das queimadas, e declarou que isso a levava a concluir que mesmo a população das regiões que não ultrapassavam os índices já sofria com a qualidade do ar onde vivia. O **Secretário-Adjunto do Meio Ambiente** interveio observando tratar-se a queima da cana-de-açúcar de problema antigo que atingia a saúde pública, e que o Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria do Meio Ambiente e a CETESB ocupavam uma posição pioneira no trato da questão, de tal modo que estava por esgotar-se o prazo legal limite, após o qual seria por completo abolida do Estado a queima de cana-de-açúcar. Informou que a CETESB vem ampliando o controle desses índices, tendo a Secretaria recentemente editado resolução limitando horários e concentração de queimadas nas regiões onde e pelo tempo em que ainda permitidas. Em resposta aos comentários formulados pelo conselheiro José Pedro Fittipaldi, e não sem antes tecer elogios à atuação da Secretaria de Desenvolvimento, por intermédio de sua representação no âmbito do Conselho, o **Secretário-Adjunto do Meio Ambiente** ponderou não ser inoportuna a apresentação de proposta de classificação da qualidade do ar naquele momento, posto haver já se haver deliberado, na reunião plenária precedente, adotar os padrões estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde. Aduziu que, para adoção desses parâmetros, o CONSEMA deliberou que um grupo de técnicos elaborasse, no prazo de sessenta dias, minuta de decreto que tivesse por finalidade harmonizar os critérios da OMS, acrescidos das colaborações ofertadas pelos conselheiros, aos parâmetros atualmente vigentes, e asseverou que a CETESB, assim como a presidência do CONSEMA, tem rigorosamente cumprido as normas estabelecidas nesse âmbito, e que seria na verdade “inoportuno” deixar de algum modo de cumpri-las. O conselheiro **José Pedro Fittipaldi** reforçou a necessidade de revisão das normas que regem o assunto, reiterando as razões que justificavam fosse ela realizada. O conselheiro **Cláudio Bedran** questionou se houve algum avanço na questão relativa ao uso de agrotóxicos e comentou, agora em relação ao tema queimadas, que em sua região estas foram significativamente reduzidas, mormente com o aumento da fiscalização, e citou a conduta da COSAN



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

nesse contexto, empresa que tem contribuído relevantemente com essa redução. O conselheiro **Mário Imura** ponderou: 1) que os critérios que definiram os parâmetros adotados para a qualidade do ar deveriam ser revisados com maior cuidado; 2) que os polos de medição, em número aparentemente insuficiente, talvez não abrangessem de modo adequado todo o Estado, e que talvez esse fosse o caso do município de Tatuí; 3) que a queima da cana-de-açúcar é ainda praticada em larga escala no município de Potirendaba. O **Presidente do CONSEMA** oportunamente ponderou que, como o incremento da medição dependia por sua vez do incremento de orçamento cuja análise tramitava na Secretaria de Planejamento, solicitava ao conselheiro que a representava que olhasse com carinho para as necessidades da CETESB nesse âmbito. **Mário Imura** informou que se encontrava em elaboração na Secretaria de Planejamento o PPA 2012-2015, momento propício à recepção dos pleitos de todas as Secretarias de Estado. O conselheiro **Gilberto de Andrade Freitas** ponderou que a queima da cana-de-açúcar ainda era amplamente praticada na região de São José do Rio Preto, nada obstante as usinas locais – segundo lhe parecia – tivessem assinado acordos no sentido de abolir as queimadas. Sobre a poluição do ar observada no Vale do Cabuçu, Zona Norte da capital, manifestou sua preocupação com a instalação recente do terminal de cargas da Rodovia Fernão Dias, cujas emissões se somariam àquela produzida pelos aviões do aeroporto de Guarulhos, tema este exaustivamente discutido quando da realização das audiências públicas do Trecho Norte do Rodoanel Metropolitano Mário Covas, especialmente no que tange à formação de ilhas de calor, fenômeno responsável por significativas alterações climáticas. **Maria Helena Martins** informou que desde o presente ano o município de Tatuí já conta com uma estação climática de monitoramento automático cujos boletins já podem ser consultados na internet em tempo real; informou também que a queima da cana-de-açúcar vem diminuindo no Estado, e observou que a CETESB aferia os índices referentes a partículas inaláveis, e não propriamente à cinza do carvão proveniente dessa mesma queima, cujo incômodo residia muito mais na sujeira que promove que em eventuais prejuízos que possa trazer à saúde, e observou a esse respeito que a queima produzia também partículas mais finas, estas, sim, objeto do monitoramento. O conselheiro **Pierre Ribeiro Siqueira** chamou atenção para o fato de que mais de noventa por cento dos municípios, segundo as informações trazidas à reunião, apresentavam-se em vias de saturação pelos níveis de ozônio, e indagou se alguma medida preventiva da elevação desses índices era cogitada, além das alterações na composição do diesel, já aprovadas pelo Conselho. **Maria Helena Martins** esclareceu que o ozônio provinha essencialmente dos compostos orgânicos voláteis – solventes e combustíveis – e dos óxidos de nitrogênio, através dos processos de combustão a altas temperaturas, e que o diesel permitia, no entanto, que, utilizando-se de melhor tecnologia, se reduzissem as emissões de óxido de nitrogênio pelos veículos que dele fazem uso. Comentou que, entretanto, a questão atinava, sobretudo, para a implementação de política integrada, e não apenas atrelada às emissões veiculares, para as queimadas da cana-de-açúcar e, também, para as indústrias que contribuem para a saturação do ar pelo ozônio, razão por que se fazia necessária uma gestão de todas essas fontes de emissão de poluentes, orientada por programas destinados a reduzir a emissão dos precursores do ozônio. Perquirida ainda pelo conselheiro **Pierre Ribeiro** sobre a relevância das emissões produzidas pelas usinas termoeletricas, **Maria Helena Martins** esclareceu que tais usinas contribuem com a emissão, sobretudo de dióxido de nitrogênio. O conselheiro **Francisco Emílio Baccaro Nigro** ponderou que, do ponto de vista conceitual, estava-se, após os novos parâmetros ofertados pela OMS, alterando os padrões do ozônio, uma vez que o critério aplicado no Estado até então se encontrava fora de posição, e que, tendo em vista que novas alterações teriam lugar, sugeria se alertasse a opinião pública a respeito. O **Secretário-Adjunto do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA em exercício, Rubens Rizek**, propôs que se colocasse em votação a proposta apresentada, aproximadamente nos seguintes termos: “Aprovação e publicação do relatório com a ressalva de que está em andamento processo de revisão das medições de qualidade do ar, conforme Deliberação CONSEMA 19/2011.” Colocada em votação a proposta de classificação de saturação e severidade da qualidade do ar nas sub-regiões do Estado de São Paulo, considerando-se os dados de monitoramento de 2008, e acrescida da ressalva que acaba de ser referida, ela logrou aprovação por unanimidade, dando origem à **Deliberação**



CONSEMA 20/2011, que será inserida ao final desta ata, para que seja preservada a formatação dos dados constantes de seus anexos. Passou-se ao segundo item da pauta, qual seja, ao Plano de Manejo do Parque Estadual do Jaraguá. Foi então concedida a palavra a **Alexandra Freire**, coordenadora-executiva do Núcleo Plano de Manejo da Fundação Florestal, para que oferecesse uma síntese desse documento, a que se seguirá a apresentação do relatório elaborado pela Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas. Inicialmente, se referiu à localização da unidade de conservação no município de São Paulo, amplamente conhecida uma vez que abriga o ponto culminante da cidade, que é o Pico do Jaraguá. Relatou que a equipe técnica que elaborou o documento foi formada por pesquisadores vinculados à Fundação Florestal e ao Instituto Geológico e por consultores externos. Informou que o roteiro metodológico adotado foi aquele elaborado pelo IBAMA, em 2002, que propugna pela integração dos diagnósticos dos meios físico, antrópico e biótico, e que, com base nesses documentos, sejam realizadas reuniões técnicas e oficinas participativas com a comunidade do entorno e atores envolvidos, com o propósito de elaborar o zoneamento e os programas de gestão, ou seja, a avaliação estratégica da unidade de conservação. Passou a apresentar eslaides que mostram a localização do P. E. do Jaraguá e de outras unidades, como os Parques Estaduais da Cantareira, Alberto Loefgren e da Serra do Mar, e a mancha urbana existente no entorno do primeiro. Mostrou as delimitações do parque, seu perímetro, com 492 hectares de áreas próprias do Estado, sem nenhum problema de regulamentação fundiária. Mostrou também o contexto em que a unidade se encontra inserida, circundada por várias rodovias, como a Anhanguera, Bandeirantes e o Trecho Oeste do Rodoanel Metropolitano Mário Covas. Observou que, além dessas rodovias que circundam o parque, em seu interior existe a Estrada Turística do Jaguará, que dá acesso ao Pico do Jaraguá, com extensão de 15 km, cinco dos quais percorrem o interior do parque. Observou que a estrada é palco de diversos acidentes, em decorrência dos diferentes fluxos – automóveis, bicicletas, *skates* e pedestres –, o que a torna foco de atenção. O entorno é densamente urbanizado, na região noroeste, que é periférica da RMSP, e observa-se que existem fragmentos de vegetação apenas na região norte da unidade, pois as demais são densamente urbanizadas. Destacou ainda a existência, ao lado do parque, do menor aldeamento do País, com cerca de quinhentos indivíduos vivendo em uma área de 5 hectares divididos em duas glebas, uma chamada de Aldeia de Cima e a outra, de Aldeia de Baixo, uma delas, a primeira, já homologada pela FUNAI, e a outra, não. Informou que a Fazenda Jaraguá foi adquirida, em 1940, pelo Governo do Estado de São Paulo, precisamente pela Secretaria de Educação e Saúde Pública, e que, em 1946, essa propriedade foi transferida para o Serviço Florestal, à época vinculada à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Informou também que, em 1955, a São Paulo Light obteve a permissão de passagem de servidão para implantação da Linha de Transmissão Anhangabaú–Jundiá, e que, finalmente, em 1961, a fazenda foi transformada, por decreto, no Parque Estadual do Jaraguá, uma unidade de proteção integral. Informou também que, em 1962, é feita a primeira cessão em comodato à Rádio Bandeirantes, e que, até hoje, é conhecido o fato de o parque abrigar várias antenas de telecomunicações. Em 1972, observou, parte do parque foi transferida, através de decreto, para a Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo, com o intuito de fomentar a prática do turismo na área, oportunidade em que foi implantado o complexo existente com lanchonetes, sanitários e marquises, tanto em seu sopé como no pico. Observou que a cegestão entre a Secretaria de Turismo e o Parque sobreviveu até 2004, quando a área foi devolvida à Secretaria de Meio Ambiente e sua gestão, transferida para o Instituto Florestal. Declarou também que, em 2005, essa infraestrutura implantada na década de 70 passou por reforma significativa, dado que se encontrava sobremaneira degradada, e que, em 2006, a unidade passa a ser gerida pelo SIEFLOR, e, em 2010, concluí-se seu primeiro plano de manejo. Declarou que o parque se distingue pela ocorrência de maciços quartzosos nas bordas da bacia sedimentar, com dois picos que sobressaem: o Pico do Jaraguá, que é o pico culminante da cidade, com 1.135 metros, e o Pico do Papagaio, menos conhecido, mas que é o segundo ponto mais alto da cidade. Declarou que o parque se localiza na Bacia do Alto Tietê, que é totalmente inserida na Região Metropolitana de São Paulo, motivo por que, por um lado, a qualidade de suas águas se encontra comprometida, o que leva à incidência da categoria péssima, e, também, por que, embora em pequena



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

escala, o parque representa um divisor, um produtor e um dispersor de água de boa qualidade. Acrescentou que, em relação à vegetação, ela é secundária em processo de regeneração, pois, como relatou, quando o parque foi comprado em 1940 era uma fazenda de café e, hoje, já possui uma floresta ombrófila densa montana, com ocorrência de algumas florestas estacionais semidecíduais, que é típica do Interior, tratando-se, pois, de área de transição, que ainda possui uma vegetação bem especial para o Estado de São Paulo, que é a savana arborizada, o cerrado, numa área de 7,8% do total, e, ainda, uma pequena área de várzea vinculada aos corpos d'água da unidade. Pontuou que esse mapeamento resultou na identificação de seis subtipos de vegetação dessa floresta, diferenciados pelo porte da densidade e da cobertura, características estas que tornaram possível a identificação do grau de conservação de cada mancha dessa floresta ombrófila densa. Informou que, em relação à composição florística, foram listadas 282 espécies arbustivas e arbóreas, entre 162 gêneros e 62 famílias. Acrescentou que 13 espécies encontram-se entre as categorias de extinção, a maior parte na categoria vulnerável. Observou terem sido consideradas algumas quantidades de espécies exóticas, como o lírio do brejo e mavavisco. Observou que, em relação à fauna, considerando-se as fontes primárias e secundárias e com população estabelecida foram identificadas 146 espécies de avifauna, 11 espécies de mamíferos silvestres e 33 espécies de répteis. Acrescentou que, da avifauna, 17 espécies são endêmicas. Comentou que a jaguatirica é considerada ameaçada de extinção na categoria vulnerável, em ambas as listas, tanto a estadual como a federal; que se identificou também a presença de animais exóticos, como o cágado, alguns tipos de saguis e grande incidência de cães e gatos abandonados pelos visitantes, tanto no parque como na aldeia indígena; e, também, se identificou grande quantidade de macaco-prego. Informou que os vetores de pressão para expansão urbana são as rodovias e a visitação desordenada, diferentemente dos grupos de estudantes que têm suas visitas monitoradas e atividades ambientais anteriormente agendadas, o que não acontece aos finais de semana, quando a unidade exerce a função de parque urbano, pela carência de espaço público em área natural. Acrescentou que ocorrem também as manifestações religiosas no interior de sua mata, como a realização de cultos, causando, entre outros danos, o surgimento de clareiras e entulhos. Comentou também que, entre outros atrativos que o parque oferece, incluem-se: ser o cartão postal da cidade, pois de seus dois mirantes pode ser observado todo o município; o montanhismo, que, desde a década de 50, vem sendo aí praticado com a atividade de escalar as rochas, chegando o parque a ser considerado um campo-escola; e recreação aos finais de semana nas quadras poliesportivas, barracas e lugares apropriados para se fazer churrasco. Acrescentou que o parque também faz parte de programas institucionais, como a "Trilha de São Paulo", com duas trilhas, a do silêncio, que é adaptada a portadores de necessidades especiais, como cadeirantes e cegos, com guias e placas de indicação em brailer, e a "Trilha do Pai Zé", a que sai do sopé e vai até o Pico do Jaraguá, que, com exceção da estrada, é a única forma de se alcançar o pico e de se atravessar todos os gradientes da unidade. Igualmente ofereceu informações sobre o Programa Criança Ecológica, formulado e implementado pela SMA com foco em educação ambiental para crianças entre 9 e 10 anos. Teceu comentários sobre o Casarão Alfonso Sardinha – construído em 1580 com taipa de pilão – e outros bens, além deste, que fazem parte do patrimônio histórico, como o tanque de lavagem de ouro, tendo sido o primeiro palco e o segundo, um dos instrumentos da mineração de ouro aí praticada no século XVI. Pontuou que o Casarão Alfonso Sardinha construído em 1580 com taipa de pilão encontra-se ainda, embora em fase de transição, sob a responsabilidade da Associação Albergues da Juventude, cujo comodato já se encontra vencido. Informou que o parque administra uma série de concessões, algumas regulares e outras em processo de regularização, e que, entre as concessões regulares, encontram-se as antenas de transmissão, como a da Bandeirantes, Globo e Cultura, e as antenas de utilidade pública, como as do Exército e da Polícia. Observou que, ainda entre as concessões regularizadas, figura a da União dos Escoteiros do Brasil, que se utiliza há trinta anos de uma área de dois hectares como campo-escola para treinamento. Comentou também que existem diversos contratos de prestação de serviço, como manutenção, fiscalização, monitoria, além de outros que se encontram em fase de regularização. Acrescentou que a unidade firmou oito contratos com empresas prestadoras de serviço de monitoria, manutenção, fiscalização e portaria, que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

resultou no emprego de 73 pessoas, e que essa unidade tem a seu dispor ainda 8 funcionários vinculados à Fundação e ao Instituto, perfazendo um total de 80, que têm a tarefa de atender às demandas. Esclareceu que, concluído o diagnóstico, passou-se à fase de elaboração do zoneamento da unidade, com base nos levantamentos e discussões, em relação aos quais destacava três questões. A primeira diz respeito à inexistência de zona intangível, pois, pelo fato de a vegetação existente na unidade ser mata secundária em processo de regeneração, não existe uma zona mais bem-preserveda. A segunda se refere à área dos picos, que é a mais frágil, em decorrência do uso consolidado, que são as antenas. E que a terceira questão diz respeito à zona primitiva – 31% da unidade –, que não cumpre, a rigor, o que se encontra prescrito no roteiro metodológico, mas, levando-se em conta as condições do parque e, portanto, o contexto em que se encontra inserida, já passou por processo de regeneração surpreendente. Acrescentou que a zona de recuperação - 60% da unidade – se divide em duas subzonas, uma delas chamada zona de recuperação natural, e a outra, zona de recuperação induzida, o que significa que, para sua recuperação, há necessidade de ações de manejo. Esclareceu que a recuperação induzida se refere à parte da savana arborizada e de cerrado, em decorrência da invasão de espécies exóticas, como a braquiária e o capim-gordura, cuja erradicação exige manejo. Existem ainda: 1) a zona de uso conflitante, onde ficam as antenas, e essa zona é pequena em termos de porcentagem; 2) a zona de uso extensivo, onde se localiza a “Trilha do Pai Zé”, o campo de escalada e a linha de transmissão; 3) a zona de uso intensivo, parte no sopé e parte no pico, onde se encontram as instalações de atendimento ao público - sanitários, lanchonetes, marquises e o Casarão Afonso Sardinha; 4) zona de amortecimento, cuja extensão é aproximadamente 2 km e que se baseou no mapa de uso e ocupação do solo elaborado por pesquisadores do Instituto Florestal, e no Plano Diretor do Município de São Paulo. Teceu consideração sobre os programas existentes, como programa de gestão organizacional, programa de proteção, programa de pesquisa e manejo do patrimônio natural e cultural e programa de uso público e de interação socioambiental, e que cada um tem como objetivo geral a unidade, possuindo também diretrizes e linhas de ação. Comentou igualmente que não existe programa de regularização fundiária, porque essa unidade é totalmente propriedade do Estado. Observou que, embora o parque não possuísse plano de manejo, já possuía programa de gestão, de proteção e uso público, que já é consolidado, porque, afinal, já tem cinquenta anos; quanto ao programa de pesquisa e manejo e de interação socioambiental, ele foi desenvolvido e será implantado. Passou-se à discussão. O conselheiro **João Gabriel Bruno** propôs se acrescesse às recomendações do Relatório da Comissão de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas, as que se seguem: 1) que a Secretaria de Estado de Recursos Hídricos e Saneamento conclua, na medida do possível, a implementação do Programa Córrego Limpo, mais especificamente na Favela Chica Luiza, de modo que a Fundação Florestal possa promover, posteriormente, a despoluição do lago aí existente; 2) que a Secretaria dos Transportes e o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, por meio de resolução conjunta, confirmem à SP-106, no trecho de 5 km interior à unidade de conservação, o *status* de estrada-parque, e deleguem à Fundação Florestal a gestão do fluxo de veículos; e 3) que a Procuradoria Geral do Estado – PGE adote as providências necessárias para reintegração da posse do Casarão Afonso Sardinha e para que tal medida contemple também a preservação desse patrimônio histórico. O conselheiro **Rodrigo Antonio Braga Moraes Victor** parabenizou a equipe responsável pela elaboração do plano de manejo e observou que a celeridade com que esses documentos vêm sendo elaborados, aliada a sua boa qualidade, muito tem contribuído para a gestão das unidades de conservação. Perguntou, em seguida, se a mancha verde bastante expressiva que não conseguiu visualizar ao ser apresentada a zona de amortecimento que se localiza a oeste do Jaraguá e avança em direção ao município de Osasco, e cuja extensão é territorialmente duas vezes a do parque, foi incluída para ampliação da unidade e se constitui zona de amortecimento. Respondendo à questão, a **Alexandra Freire** informou sobre a impossibilidade de essa mancha ser incorporada pela unidade, pelo fato de localizar-se no município de Osasco, do outro lado da Rodovia Anhanguera, precisamente onde se encontra o túnel de um dos trechos do rododanel, o que impossibilita sua inserção na zona de amortecimento, além do fato de sua vegetação não ser preservada, tratando-se apenas de capoeira. A conselheira **Andrea do Nascimento** apresentou o relatório da CT de Biodiversidade e citou alguns pontos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

deste, entre outros, a situação legal do Casarão Alfonso Sardinha, e propôs que se acrescesse mais uma recomendação, qual seja, que a Procuradoria Geral do Estado-PGE adote as providências necessárias para reintegração da posse desse casarão e para que tal medida contemple também a preservação de outros bens existentes nesse patrimônio histórico. A conselheira **Andréa do Nascimento** declarou ainda ter testemunhado há alguns dias atrás a comemoração de um aniversário de criança no casarão, o que demonstra a forma como esse patrimônio vem sendo preservado e a necessidade de se adotar, de pronto, medida que impeça esse tipo de utilização do patrimônio público. Outra questão a ser observada, acrescentou a conselheira, diz respeito às concessões e permissões relacionadas com o parque, pois, por um lado, há prestações de serviço que ocorrem há mais de trinta anos sem que tenham sido regularizadas e sem que ofereçam alguma contrapartida para o parque, e, por outro, são realizadas atividades que destoam dos objetivos de preservação do parque, motivo por que propõe que se acrescente às recomendações do relatório a de que a Fundação Florestal proceda, no menor prazo possível, a regularização de todas as concessões e permissões, precárias ou não. Outra proposta apresentada pela conselheira é que a Fundação Florestal adote as providências necessárias para que a Polícia Militar Ambiental e o Condephaat participem do conselho consultivo do parque. No que tange aos motivos que justificam a proposta de participação da Polícia Militar Ambiental, informou que nessa região, como é sabido, ocorrem incêndios e tráfico de cargas; e, no que se refere aos motivos da participação do Condephaat no conselho consultivo do parque – que já esteve nele representado –, indica a existência de patrimônio histórico, como o Casarão Afonso Sardinha que acaba de ser mencionado. Respondendo à questão formulada pelo conselheiro **Cláudio Bedran**, o conselheiro **João Gabriel Bruno** declarou que não existe controle da saída e entrada de pessoas e veículos na unidade de conservação e, para que isso seja possível, esperava que a Secretaria de Transportes, através do DER, dê cumprimento à recomendação acima referida, e, desse modo, delegue à Fundação Florestal a gestão do fluxo de veículos e de pessoas, de modo que se possa tornar viável as exigências legais a serem adotadas em estradas-parque, pois, caso contrário, não será possível solucionar os problemas que hoje nela existem. Reiterou as informações oferecidas pela conselheira Andréa do Nascimento no que se refere às permissões e concessões e declarou que a medida que a Fundação Florestal acaba de adotar é a de expedir a permissão de uso precário por prazo determinado, o qual corresponde àquele necessário para implementação de processos de licitação, tal como determina o plano de manejo, porque é esse documento que dá cobertura à implementação de ações como essa. Respondendo à questão formulada pela conselheira Sonia Maria Flores Giancesella, qual seja, se haveria alguma ação de preservação prevista para proteção das nascentes que se encontram em duas regiões que fazem parte da zona de amortecimento e cujas águas correm em área urbanizada, esclareceu que é justamente nessa área que está sendo implantado o Projeto Córrego Limpo, parte do qual já foi implantado e outra parte se encontra em processo de implantação, e que visa conferir agilidade a essas obras à recomendação feita à Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos que se propõe seja acrescentada àquelas constantes do relatório. O conselheiro **Rui Brasil Assis** informou que, na primeira etapa de implementação desse projeto, foram tratados em quatro anos aproximadamente cem córregos, e que, apesar de sua importância, ele enfrenta inúmeras dificuldades, na medida em que impõe que se trabalhe na área ocupada, eliminando ligações clandestinas. Declarou ainda que, para que pudesse atuar junto à SABESP ou a sua parceira, a PMSP, era necessário saber precisamente qual a dificuldade com que a implantação desse programa se defronta na região, ou seja, se ele se encontra paralisado ou se enfrenta problemas de outra ordem. Foram oferecidas informações sobre a favela, quais sejam, que a execução das obras se encontra na fase final; que foram coletados esgotos de aproximadamente trezentas residências; que a Subprefeitura do Jaraguá desapropriou algumas casas e que, recentemente, uma avaliação das águas do lago feita pela SABESP e pela CETESB verificou que sua carga de poluentes encontra-se muito baixa, cerca de 4% de DBO, e que se faz necessário que os laudos sejam concluídos, para que seja possível iniciar as obras de desassoreamento. O conselheiro **Rui Brasil Assis** declarou que se colocava à disposição para contribuir no que se fizesse necessário para que as obras fossem concluídas. Respondendo ao questionamento formulado pelo conselheiro **Pierre Ribeiro Siqueira** sobre o risco de se retirar do



parque suas características urbanas e popular, o conselheiro **João Gabriel Bruno** refutou tal possibilidade, uma vez que o parque ficará à disposição do povo, mas que são necessárias normas que disciplinem a utilização, pela população, dessa unidade, até mesmo para diminuir a ocorrência de acidentes com pessoas e com animais, e que a instituição da estrada-parque regularizará a entrada de veículos, o que é feito em todo parque urbano. Argumentou que um pequeno controle informal da estrada, por parte dos gestores do parque, já existe, pois não se tem acesso a ela durante a noite. Em outras palavras, acrescentou, deve-se aperfeiçoar o regramento que já existe, não para impedir o acesso, mas evitar os acidentes que hoje ocorrem. Sobre a existência ou não de condições, por parte do parque, de fazer a manutenção da estrada, caso ela passe a ser submetida a sua gestão – pergunta esta formulada pela conselheira **Sônia Maria Flores Giancesella** –, o conselheiro **João Gabriel Bruno** respondeu que sim, e que o que falta é o regramento da utilização, o que, com certeza, contribuirá para sua melhoria. Acrescentou que um dos propósitos perseguidos após a aprovação do plano de manejo é resolver as inúmeras pendências existentes e, inclusive, criar outros atrativos. Passou-se ao processo de votação. O **Secretário Adjunto e Presidente do CONSEMA em exercício, Rubens Naman Rizek Júnior**, depois de constatar a ausência de representante da Secretaria dos Transportes, declarou que o fato de normatizar esses 5 km como estrada-parque não significa que o DER deixe de assumir sua manutenção, mas, sim, que a gestão do fluxo de veículos e da entrada e saída de pessoas, passa a ser de responsabilidade do gestor do parque. Em seguida, submeteu à votação o Relatório sobre o Plano de Manejo do PE do Jaraguá, acrescido das recomendações propostas durante a discussão, as quais passaria a ler. Primeira: que a Secretaria de Estado de Recursos Hídricos e Saneamento conclua, na medida do possível, a implementação do Programa Córrego Limpo, mais especificamente na Favela Chica Luiza, de modo que a Fundação Florestal possa, posteriormente, promover a despoluição do lago. Segunda: que a Secretaria dos Transportes e o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, por meio de resolução conjunta, confirmem à SP-106, no trecho de 5 km interior à unidade de conservação, o *status* de estrada-parque e deleguem à Fundação Florestal a gestão do fluxo de veículos. Terceira: que a Procuradoria Geral do Estado-PGE adote as providências necessárias para reintegração da posse do Casarão Afonso Sardinha e para que tal medida contemple também a preservação desse patrimônio histórico. Quarta: que a Fundação Florestal proceda, no menor prazo possível, a regularização de todas as concessões e permissões, precárias ou não, relacionadas com o parque. Quinta: que a Fundação Florestal adote as providências necessárias para que a Polícia Militar Ambiental e o Condephaat participem do conselho consultivo do parque. Aprovada por unanimidade, teve lugar à seguinte decisão. **“Deliberação CONSEMA 21/2011. De 21 de junho de 2011. 284ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Manifesta-se sobre o Plano de Manejo do Parque Estadual do Jaraguá. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de sua competência legal, em especial da atribuição que lhe confere o inciso VII do artigo 2º da Lei 13.507/2009, deliberou: Artigo 1º - Aprova o Relatório da Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas, favorável ao Plano de Manejo do Parque Estadual do Jaraguá, elaborado pela Fundação Florestal, instando que se cumpram as recomendações constantes desses documentos. Artigo 2º - Acrescenta às recomendações constantes do Relatório referido no Artigo 1º as abaixo transcritas: 1) que a Secretaria de Estado de Recursos Hídricos e Saneamento conclua, na medida do possível, a implementação do Programa Córrego Limpo, mais especificamente na Favela Chica Luiza, de modo que a Fundação Florestal possa, posteriormente, promover a despoluição do lago; 2) que a Secretaria dos Transportes e o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, por meio de resolução conjunta, confirmem à SP-106, no trecho de 5 km interior à unidade de conservação, o *status* de estrada-parque e deleguem à Fundação Florestal a gestão do fluxo de veículos; 3) que a Procuradoria Geral do Estado – PGE adote as providências necessárias para reintegração da posse do Casarão Afonso Sardinha e para que tal medida contemple também a preservação desse patrimônio histórico; 4) que a Fundação Florestal proceda, no menor prazo possível, a regularização de todas as concessões e permissões, precárias ou não, relacionadas com o parque; 5) que a Fundação Florestal adote as providências**



necessárias para que a Polícia Militar Ambiental e o Condephaat participem do conselho consultivo do parque”. Passou-se ao último item da ordem do dia: informações sobre processo para instalação das Câmaras Regionais do Alto Tietê (UGRHI 6) e do Ribeira do Iguape (UGRHs 11 e 14). O **Secretário-Executivo, Germano Seara Filho**, informou: 1º) que se reuniu com técnicos da antiga Coordenadoria de Recursos Hídricos para obter informações sobre as UGRHs envolvidas; 2º) que promoveu uma reunião com a coordenadora da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, Helena de Queiroz Carrascosa von Glehn, isoladamente, e, em seguida, juntamente com Geraldo Amaral, diretor da CETESB, após o que se decidiu realizar uma reunião conjunta com os gerentes da CETESB e da CBRN locados nas UGRHs citadas, além desses dois coordenadores, o que foi feito; 3º) que realizou outra reunião com os técnicos do Projeto Município Verde, precisamente aqueles que realizam atividades nas regiões das três UGRHs – 6, 11 e 14 –, e, por último, com a Assessora da Presidência da CETESB e Secretária-Executiva do CBH-AT, Maria Emília Botelho, que tem muito conhecimento sobre essa região; 4º) que também realizará uma reunião com o conselheiro e Diretor da Fundação Florestal, João Gabriel Bruno, que, igualmente, atua nessa região. Esclareceu que o objetivo dessas reuniões tem sido buscar informações sobre a dinâmica social e política da região (quem é quem em cada uma delas e como age), quais são os órgãos governamentais e entidades não governamentais nelas atuantes, quais cidades deveriam sediar as duas câmaras regionais, sendo que já surgiu a proposta de as reuniões serem itinerantes, ou seja, ora acontecer em uma cidade ora em outra, ressaltando-se que se faz necessário, contudo, um ponto de ligação/intermediação entre a Secretaria-Executiva do CONSEMA e os integrantes de ambas as câmaras regionais. Acrescentou que, de posse dessas informações, elas serão discutidas com um pequeno grupo interno que formulará a proposta final de configuração completa das duas câmaras, a fim de que possa ser trazida ao Plenário para deliberação. Não excluiu a necessidade de uma ou outra visita às duas regiões, e despediu-se lamentando o fato de não poder participar, por estar viajando, da reunião plenária extraordinária hoje convocada e que apreciará o EIA/RIMA do "Rodoanel Metropolitano Mário Covas - Trecho Norte", depois de ter passado pelas atribuladas audiências públicas que o discutiram. (Como informado antes, para se preservar a formatação original de seus anexos, insere-se a seguir a deliberação que aprovou a proposta de Resolução SMA elaborada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, a qual classifica as sub-regiões do Estado de São Paulo quanto ao grau de saturação da qualidade do ar):

“Deliberação CONSEMA 20/2011.

De 21 de junho de 2011.

284ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA.

Aprova a proposta de resolução elaborada pela CETESB que classifica as sub-regiões do Estado de São Paulo quanto ao grau de saturação da qualidade do ar

O **Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA**, no exercício de sua competência legal e dando cumprimento ao que estabelece o parágrafo 4º do Artigo 23 do Decreto Estadual nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, com redação dada pelo Decreto Estadual nº 52.469, de 12 de dezembro de 2007, **deliberou:**

Artigo único - aprova a proposta de Resolução SMA elaborada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB (Cf. minuta abaixo transcrita) que classifica as sub-regiões do Estado de São Paulo quanto ao grau de saturação da qualidade do ar, com a ressalva de que estão em processo de revisão os padrões da qualidade do ar, os critérios de classificação da saturação da qualidade do ar e demais dispositivos legais referentes à matéria, conforme Deliberação CONSEMA 19/2011.

Bruno Covas
Secretário de Estado do Meio Ambiente
Presidente do CONSEMA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

‘Minuta: Resolução SMA nº , de de de 2011

Classifica as sub-regiões do Estado de São Paulo, quanto ao grau de saturação e severidade da qualidade do ar.

O Secretário de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando o teor do Artigo 23 do Decreto Estadual 8.468, de 8 de setembro de 1976, com redação dada pelo Decreto 52.469, de 12 de dezembro de 2007;

Considerando os dados de monitoramento de qualidade do ar dos últimos 03 (três) anos apresentados no Anexo desta Resolução;

Considerando a proposta de classificação quanto ao grau de saturação da qualidade do ar, elaborada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB;

Considerando a aprovação, pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, por meio da Deliberação CONSEMA 20/2011, da classificação contida nas tabelas constantes do Anexo desta Resolução;

Resolve:

Artigo 1º – Classificar as sub-regiões a que se refere o Artigo 23 do Decreto Estadual 8.468, de 8 de setembro de 1976, com redação dada pelo Decreto 52.469, de 12 de setembro de 2007, quanto ao grau de saturação da qualidade do ar, conforme tabelas constantes do anexo.

Artigo 2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Bruno Covas
Secretário de Estado do Meio Ambiente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela A - Classificação das Sub-Regiões

(continua)

Município	MP	SO ₂	CO	NO ₂	O ₃	Municípios monitorados para O ₃
Águas de São Pedro	--	--	--	--	SAT - MOD	Piracicaba
Agudos	--	--	--	--	EVS	Bauru
Alfredo Marcondes	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Altinópolis	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto
Alumínio	--	--	--	--	SAT - MOD	Sorocaba
Álvares Machado	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Álvaro de Carvalho	--	--	--	--	EVS	Marília
Americana	NS	NS	--	--	SAT - SER	Americana, Paulínia, Piracicaba
Américo Brasiliense	--	--	--	--	EVS	Araraquara
Amparo	--	--	--	--	SAT - SER	Paulínia
Anhumas	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Araçariguama	--	--	--	--	SAT - SEV	Jundiaí, São Paulo
Araçatuba	NS	NS	--	NS	EVS	Araçatuba
Araçoiaba da Serra	--	--	--	--	SAT - MOD	Sorocaba
Araraquara	NS	NS	--	NS	EVS	Araraquara
Araras	--	--	--	--	SAT - SER	Americana
Arealva	--	--	--	--	EVS	Bauru
Areiópolis	--	--	--	--	SAT - MOD	Jaú
Ariranha	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Artur Nogueira	--	--	--	--	SAT - SER	Americana, Paulínia
Arujá	--	--	--	--	SAT - SEV	Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
Atibaia	--	--	--	--	SAT - SEV	Jundiaí, São Paulo
Avai	--	--	--	--	EVS	Bauru
Bady Bassitt	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Bálsamo	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Bariri	--	--	--	--	SAT - MOD	Jaú
Barra Bonita	--	--	--	--	SAT - MOD	Jaú
Barrinha	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto
Barueri	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, São Caetano do Sul, São Paulo
Batatais	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto
Bauru	NS	NS	--	NS	EVS	Bauru
Bertioga	--	--	--	--	SAT - SEV	Cubatão
Bilac	--	--	--	--	EVS	Araçatuba
Birigui	--	--	--	--	EVS	Araçatuba
Boa Esperança do Sul	--	--	--	--	SAT - MOD	Araraquara, Jaú
Bocaina	--	--	--	--	SAT - MOD	Jaú

Município em negrito: local da estação responsável pela pior classificação para ozônio

MP = material particulado EVS = área em vias de saturação

SO₂ = dióxido de enxofre NS = área não saturada

CO = monóxido de carbono SAT-MOD = área saturada moderado

NO₂ = dióxido de nitrogênio SAT-SER = área saturada sério

O₃ = ozônio SAT-SEV = área saturada severo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela A - Classificação das Sub-Regiões

(continuação)

Município	MP	SO ₂	CO	NO ₂	O ₃	Municípios monitorados para O ₃
Boituva	--	--	--	--	SAT - MOD	Sorocaba
Boracéia	--	--	--	--	SAT - MOD	Jaú
Borebi	--	--	--	--	EVS	Bauru
Bragança Paulista	--	--	--	--	SAT - SER	Jundiaí
Brejo Alegre	--	--	--	--	EVS	Araçatuba
Brodowski	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto
Brotas	--	--	--	--	SAT - MOD	Jaú
Buritama	--	--	--	--	EVS	Araçatuba
Cabrália Paulista	--	--	--	--	EVS	Bauru
Cabreúva	--	--	--	--	SAT - SER	Jundiaí
Caçapava	--	--	--	--	SAT - SER	São José dos Campos
Caiaçu	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Caieiras	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, Jundiaí, São Caetano do Sul, São Paulo
Cajamar	--	--	--	--	SAT - SEV	Jundiaí, São Paulo
Cajobi	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Campinas	NS	NS	NS	--	SAT - SER	Americana, Jundiaí, Paulínia
Campo Limpo Paulista	--	--	--	--	SAT - SEV	Jundiaí, São Paulo
Capela do Alto	--	--	--	--	SAT - MOD	Sorocaba
Capivari	--	--	--	--	SAT - SER	Americana, Paulínia, Piracicaba
Carapicuíba	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, São Caetano do Sul, São Paulo
Catanduva	EVS	--	--	--	EVS	Catanduva
Catiguá	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Cedral	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Charqueada	--	--	--	--	SAT - MOD	Piracicaba
Cordeirópolis	NS	--	--	--	SAT - SER	Americana, Piracicaba
Coroados	--	--	--	--	EVS	Araçatuba
Cosmópolis	--	NS	--	--	SAT - SER	Americana, Paulínia
Cotia	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, São Caetano do Sul, São Paulo
Cravinhos	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto
Cubatão	SAT - SEV	NS	--	NS	SAT - SEV	Cubatão
Diadema	NS	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
Dobrada	--	--	--	--	EVS	Araraquara
Dois Córregos	--	--	--	--	SAT - MOD	Jaú
Dourado	--	--	--	--	SAT - MOD	Jaú
Duartina	--	--	--	--	EVS	Bauru
Dumont	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto

Município em negrito: local da estação responsável pela pior classificação para ozônio

MP = material particulado EVS = área em vias de saturação

SO₂ = dióxido de enxofre NS = área não saturada

CO = monóxido de carbono SAT-MOD = área saturada moderado

NO₂ = dióxido de nitrogênio SAT-SER = área saturada sério

O₃ = ozônio SAT-SEV = área saturada severo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela A - Classificação das Sub-Regiões

(continuação)

Município	MP	SO ₂	CO	NO ₂	O ₃	Municípios monitorados para O ₃
Echaporã	--	--	--	--	EVS	Marília
Elias Fausto	--	--	--	--	SAT - SER	Americana
Elisiário	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Embaúba	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Embu	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, São Caetano do Sul, São Paulo
Embu-Guaçu	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, São Caetano do Sul, São Paulo
Emilianópolis	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Engenheiro Coelho	--	--	--	--	SAT - SER	Americana, Paulínia
Fernando Prestes	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Ferraz de Vasconcelos	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
Franca	NS	NS	--	--	--	
Francisco Morato	--	--	--	--	SAT - SEV	Jundiaí, São Paulo
Franco da Rocha	--	--	--	--	SAT - SEV	Jundiaí, São Paulo
Garça	--	--	--	--	EVS	Marília
Gavião Peixoto	--	--	--	--	EVS	Araraquara
Getulina	--	--	--	--	EVS	Marília
Glicério	--	--	--	--	EVS	Araçatuba
Guaimbê	--	--	--	--	EVS	Marília
Guapiaçu	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Guarantã	--	--	--	--	EVS	Marília
Guararapes	--	--	--	--	EVS	Araçatuba
Guararema	--	--	--	--	SAT - SER	São José dos Campos
Guaratinguetá	--	NS	--	--	--	
Guarujá	--	--	--	--	SAT - SEV	Cubatão
Guarulhos	SAT - MOD	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
Guataporã	--	--	--	--	EVS	Araraquara, Ribeirão Preto
Holambra	--	--	--	--	SAT - SER	Americana, Paulínia
Hortolândia	--	--	--	--	SAT - SER	Americana, Paulínia
Ibaté	--	--	--	--	EVS	Araraquara
Ibirá	--	--	--	--	SAT - MOD	Catanduva, São José do Rio Preto
Ibiúna	--	--	--	--	SAT - SER	São Paulo, Sorocaba
Igaraçu do Tietê	--	--	--	--	SAT - MOD	Jaú
Igaratá	--	--	--	--	SAT - SER	São José dos Campos
Indaiatuba	--	--	--	--	SAT - SER	Jundiaí, Paulínia
Indiana	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Iperó	--	--	--	--	SAT - MOD	Sorocaba

Município em negrito: local da estação responsável pela pior classificação para ozônio

MP = material particulado EVS = área em vias de saturação

SO₂ = dióxido de enxofre NS = área não saturada

CO = monóxido de carbono SAT-MOD = área saturada moderado

NO₂ = dióxido de nitrogênio SAT-SER = área saturada sério

O₃ = ozônio SAT-SEV = área saturada severo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela A - Classificação das Sub-Regiões

(continuação)

Município	MP	SO ₂	CO	NO ₂	O ₃	Municípios monitorados para O ₃
Ipeúna	--	--	--	--	SAT - MOD	Piracicaba
Ipiguá	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Iracemápolis	--	--	--	--	SAT - SER	Americana, Piracicaba
Itajobi	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Itanhaém	--	--	--	--	SAT - SEV	Cubatão
Itapeerica da Serra	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, São Caetano do Sul, São Paulo
Itapevi	--	--	--	--	SAT - SEV	São Paulo
Itápolis	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Itapuí	--	--	--	--	SAT - MOD	Jaú
Itaquaquecetuba	--	--	--	--	SAT - SEV	Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
Itatiba	--	--	--	--	SAT - SER	Jundiaí, Paulínia
Itu	NS	NS	--	--	SAT - SER	Jundiaí, Sorocaba
Itupeva	--	--	--	--	SAT - SER	Jundiaí, Paulínia
Jacareí	--	NS	--	--	SAT - SER	São José dos Campos
Jaci	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Jaguariúna	--	--	--	--	SAT - SER	Americana, Paulínia
Jambeiro	--	--	--	--	SAT - SER	São José dos Campos
Jandira	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, São Paulo
Jardinópolis	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto
Jarinu	--	--	--	--	SAT - SEV	Jundiaí, São Paulo
Jaú	NS	--	--	NS	SAT - MOD	Jaú
Júlio Mesquita	--	--	--	--	EVS	Marília
Jundiaí	NS	NS	--	NS	SAT - SEV	Jundiaí, São Paulo
Juquitiba	--	--	--	--	SAT - SER	São Paulo
Laranjal Paulista	--	--	--	--	SAT - MOD	Piracicaba
Lençóis Paulista	--	--	--	--	SAT - MOD	Bauru, Jaú
Limeira	EVS	NS	--	--	SAT - SER	Americana, Paulínia, Piracicaba
Lourdes	--	--	--	--	EVS	Araçatuba
Louveira	--	--	--	--	SAT - SER	Jundiaí
Luís Antônio	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto
Lupércio	--	--	--	--	EVS	Marília
Macatuba	--	--	--	--	SAT - MOD	Jaú
Mairinque	--	--	--	--	SAT - MOD	Sorocaba
Mairiporã	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, Jundiaí, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
Marapoama	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Marília	NS	--	--	NS	EVS	Marília

Município em negrito: local da estação responsável pela pior classificação para ozônio

MP = material particulado EVS = área em vias de saturação

SO₂ = dióxido de enxofre NS = área não saturada

CO = monóxido de carbono SAT-MOD = área saturada moderado

NO₂ = dióxido de nitrogênio SAT-SER = área saturada sério

O₃ = ozônio SAT-SEV = área saturada severo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela A - Classificação das Sub-Regiões

(continuação)

Município	MP	SO ₂	CO	NO ₂	O ₃	Municípios monitorados para O ₃
Martinópolis	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Matão	--	--	--	--	EVS	Araraquara
Mauá	SAT - MOD	--	--	NS	SAT - SEV	Diadema, Mauá , Santo André , São Caetano do Sul , São Paulo
Mineiros do Tietê	--	--	--	--	SAT - MOD	Jaú
Mirassol	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Mirassolândia	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Mogi das Cruzes	NS	NS	--	--	SAT - SEV	Mauá , Santo André , São Caetano do Sul , São Paulo
Mogi-Mirim	--	--	--	--	SAT - SER	Paulínia
Mombuca	--	--	--	--	SAT - SER	Americana , Piracicaba
Mongaguá	--	--	--	--	SAT - SEV	Cubatão
Monte Alto	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Monte Aprazível	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Monte Mor	--	--	--	--	SAT - SER	Americana , Paulínia
Monteiro Lobato	--	--	--	--	SAT - SER	São José dos Campos
Morungaba	--	--	--	--	SAT - SER	Jundiaí , Paulínia
Motuca	--	--	--	--	EVS	Araraquara
Narandiba	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Nazaré Paulista	--	--	--	--	SAT - SEV	São Paulo
Neves Paulista	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Nova Aliança	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Nova Europa	--	--	--	--	EVS	Araraquara
Nova Granada	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Nova Odessa	--	--	--	--	SAT - SER	Americana , Paulínia
Novais	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Ocaçu	--	--	--	--	EVS	Marília
Olímpia	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Onda Verde	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Oriente	--	--	--	--	EVS	Marília
Osasco	SAT - MOD	NS	NS	NS	SAT - SEV	Diadema, Santo André , São Caetano do Sul , São Paulo
Oscar Bressane	--	--	--	--	EVS	Marília
Palmares Paulista	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Paraibuna	--	--	--	--	SAT - SER	São José dos Campos
Paraíso	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Paulínia	EVS	NS	--	NS	SAT - SER	Americana , Paulínia
Paulistânia	--	--	--	--	EVS	Bauru
Pederneiras	--	--	--	--	SAT - MOD	Bauru , Jaú

Município em negrito: local da estação responsável pela pior classificação para ozônio

MP = material particulado EVS = área em vias de saturação

SO₂ = dióxido de enxofre NS = área não saturada

CO = monóxido de carbono SAT-MOD = área saturada moderado

NO₂ = dióxido de nitrogênio SAT-SER = área saturada sério

O₃ = ozônio SAT-SEV = área saturada severo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela A - Classificação das Sub-Regiões

(continuação)

Município	MP	SO ₂	CO	NO ₂	O ₃	Municípios monitorados para O ₃
Pedreira	--	--	--	--	SAT - SER	Paulínia
Piedade	--	--	--	--	SAT - MOD	Sorocaba
Pilar do Sul	--	--	--	--	SAT - MOD	Sorocaba
Pindorama	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Piracicaba	EVS	NS	--	NS	SAT - SER	Americana, Piracicaba
Pirangi	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Pirapora do Bom Jesus	--	--	--	--	SAT - SEV	Jundiaí, São Paulo
Pirapozinho	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Piratininga	--	--	--	--	EVS	Bauru
Poá	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
Pompéia	--	--	--	--	EVS	Marília
Pontal	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto
Porto Feliz	--	--	--	--	SAT - MOD	Sorocaba
Potirendaba	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Pradópolis	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto
Praia Grande	--	--	--	--	SAT - SEV	Cubatão
Presidente Bernardes	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Presidente Prudente	NS	NS	--	NS	EVS	Presidente Prudente
Redenção da Serra	--	--	--	--	SAT - SER	São José dos Campos
Regente Feijó	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Reginópolis	--	--	--	--	EVS	Bauru
Ribeirão Bonito	--	--	--	--	EVS	Araraquara
Ribeirão dos Índios	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Ribeirão Pires	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
Ribeirão Preto	NS	NS	--	NS	NS	Ribeirão Preto
Rincão	--	--	--	--	EVS	Araraquara
Rio Claro	--	--	--	--	SAT - MOD	Piracicaba
Rio das Pedras	--	--	--	--	SAT - SER	Americana, Piracicaba
Rio Grande da Serra	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
Rubiácea	--	--	--	--	EVS	Araçatuba
Sales Oliveira	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto
Saltinho	--	--	--	--	SAT - MOD	Piracicaba
Salto	NS	NS	--	--	--	
Salto de Pirapora	--	--	--	--	SAT - MOD	Sorocaba
Santa Adélia	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Santa Bárbara D'Oeste	--	--	--	--	SAT - SER	Americana, Paulínia, Piracicaba

Município em negrito: local da estação responsável pela pior classificação para ozônio

MP = material particulado EVS = área em vias de saturação

SO₂ = dióxido de enxofre NS = área não saturada

CO = monóxido de carbono SAT-MOD = área saturada moderado

NO₂ = dióxido de nitrogênio SAT-SER = área saturada sério

O₃ = ozônio SAT-SEV = área saturada severo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela A - Classificação das Sub-Regiões

(continuação)

Município	MP	SO ₂	CO	NO ₂	O ₃	Municípios monitorados para O ₃
Santa Branca	--	--	--	--	SAT - SER	São José dos Campos
Santa Gertrudes	SAT - SEV	--	--	--	SAT - SER	Americana, Piracicaba
Santa Isabel	--	--	--	--	SAT - SEV	São José dos Campos, São Paulo
Santa Lúcia	--	--	--	--	EVS	Araraquara
Santana de Parnaíba	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, Jundiaí, São Caetano do Sul, São Paulo
Santo Anastácio	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Santo André	EVS	--	NS	--	SAT - SEV	Diadema, Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
Santo Antônio de Posse	--	--	--	--	SAT - SER	Paulínia
Santo Antônio do Aracanguá	--	--	--	--	EVS	Araçatuba
Santo Expedito	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Santos	SAT - SEV	NS	--	--	SAT - SEV	Cubatão
São Bernardo do Campo	EVS	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
São Caetano do Sul	NS	NS	NS	NS	SAT - SEV	Diadema, Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
São Carlos	NS	NS	--	--	EVS	Araraquara
São José do Rio Pardo	NS	--	--	--	--	
São José do Rio Preto	NS	--	--	NS	SAT - MOD	São José do Rio Preto
São José dos Campos	NS	NS	--	--	SAT - SER	São José dos Campos
São Lourenço da Serra	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, São Paulo
São Manuel	--	--	--	--	SAT - MOD	Jau
São Paulo	SAT - MOD	NS	NS	EVS	SAT - SEV	Diadema, Jundiaí, Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
São Pedro	--	--	--	--	SAT - MOD	Piracicaba
São Roque	--	--	--	--	SAT - SEV	São Paulo, Sorocaba
São Simão	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto
São Vicente	--	--	--	--	SAT - SEV	Cubatão
Sarapuí	--	--	--	--	SAT - MOD	Sorocaba
Serra Azul	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto
Serrana	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto
Sertãozinho	--	--	--	--	NS	Ribeirão Preto
Sorocaba	NS	NS	--	NS	SAT - MOD	Sorocaba
Sumaré	--	--	--	--	SAT - SER	Americana, Paulínia
Suzano	--	--	--	--	SAT - SEV	Diadema, Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
Tabapuã	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Taboão da Serra	EVS	--	NS	NS	SAT - SEV	Diadema, Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Paulo
Taciba	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente
Tanabi	--	--	--	--	SAT - MOD	São José do Rio Preto
Tarabai	--	--	--	--	EVS	Presidente Prudente

Município em negrito: local da estação responsável pela pior classificação para ozônio

MP = material particulado EVS = área em vias de saturação

SO₂ = dióxido de enxofre NS = área não saturada

CO = monóxido de carbono SAT-MOD = área saturada moderado

NO₂ = dióxido de nitrogênio SAT-SER = área saturada sério

O₃ = ozônio SAT-SEV = área saturada severo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela A - Classificação das Sub-Regiões
(conclusão)

Município	MP	SO ₂	CO	NO ₂	O ₃	Municípios monitorados para O ₃
Tatuí	--	--	--	--	SAT - MOD	Sorocaba
Taubaté	NS	NS	--	--	SAT - SER	São José dos Campos
Tietê	--	--	--	--	SAT - MOD	Piracicaba
Trabiju	--	--	--	--	SAT - MOD	Araraquara, Jaú
Uchoa	--	--	--	--	SAT - MOD	Catanduva, São José do Rio Preto
Urupês	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Valinhos	--	--	--	--	SAT - SER	Jundiaí, Paulínia
Vargem Grande Paulista	--	--	--	--	SAT - SEV	São Paulo
Várzea Paulista	--	NS	--	--	SAT - SEV	Jundiaí, São Paulo
Vera Cruz	--	--	--	--	EVS	Marília
Vinhedo	--	--	--	--	SAT - SER	Jundiaí, Paulínia
Vista Alegre do Alto	--	--	--	--	EVS	Catanduva
Votorantim	NS	NS	--	--	SAT - MOD	Sorocaba

Município em negrito: local da estação responsável pela pior classificação para ozônio

MP = material particulado EVS = área em vias de saturação

SO₂ = dióxido de enxofre NS = área não saturada

CO = monóxido de carbono SAT-MOD = área saturada moderado

NO₂ = dióxido de nitrogênio SAT-SER = área saturada sério

O₃ = ozônio SAT-SEV = área saturada severo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela B – Classificação de saturação e severidade - Partículas Inaláveis - base 2008 a 2010

(continua)

UGRHI	Estação	Média aritmética (µg/m³)			MA (µg/m³)	MM (µg/m³)	NR	Sat	Sev	Máxima dos últimos 3 anos (µg/m³)				Sat	Sev	Sat.	Sev.
		2008	2009	2010				LP	LP	1º VD	2º VD	3º VD	4º VD	CP	CP		
2	São José dos Campos	23	21	24	23	24	3	NS	--	85	78	76	74	NS	--	NS	--
4	Ribeirão Preto	37	28	37	34	37	3	NS	--	122	106	106	103	NS	--	NS	--
	Ribeirão Preto - C. Elíseos	--	--	--	--	--	0	SC	--	110	99	95	92	SC	--	SC	--
5	Americana	--	--	--	--	--	0	SC	--	135	126	120	113	SC	--	SC	--
	Campinas - Centro	35	30	33	33	35	3	NS	--	122	88	87	86	NS	--	NS	--
	Jundiaí	--	24	31	28	31	2	NS	--	108	99	92	92	NS	--	NS	--
	Limeira - Boa Vista	49	45	47	47	49	3	EVS	--	149	146	137	120	EVS	--	EVS	--
	Paulínia	33	27	35	32	35	3	NS	--	111	108	100	100	NS	--	NS	--
	Paulínia Sul	--	36	46	41	46	2	EVS	--	148	140	125	124	EVS	--	EVS	--
	Piracicaba	--	31	38	35	38	2	NS	--	127	124	121	120	NS	--	NS	--
	Piracicaba - Algodão	46	35	44	42	46	3	NS	--	156	145	143	141	EVS	--	EVS	--
	Santa Gertrudes - Jd. Luciana	97	80	79	85	97	3	SAT	SEV	258	231	215	200	SAT	MOD	SAT	SEV
6	Cambuci	--	--	--	--	--	0	SC	--	59	58	58	55	SC	--	SC	--
	Centro	45	43	--	44	45	2	EVS	--	133	131	120	120	NS	--	EVS	--
	Cerqueira César	38	26	30	31	38	3	NS	--	117	112	110	101	NS	--	NS	--
	Congonhas	44	39	38	40	44	3	NS	--	123	118	117	109	NS	--	NS	--
	Ibirapuera	33	26	38	32	38	3	NS	--	166	145	140	140	EVS	--	EVS	--
	Itaquera - EM	31	--	--	31	31	1	NS	--	99	96	86	84	NS	--	NS	--
	Moóca	36	32	36	35	36	3	NS	--	123	119	108	107	NS	--	NS	--
	Nossa Senhora do Ó	34	30	34	33	34	3	NS	--	116	107	103	96	NS	--	NS	--
	Parelheiros	42	41	45	43	45	3	NS	--	187	155	141	139	EVS	--	EVS	--
	Parque D. Pedro II	--	34	32	33	34	2	NS	--	117	108	107	106	NS	--	NS	--
	Pinheiros	--	32	--	32	32	1	NS	--	130	125	107	106	NS	--	NS	--
	Santana	38	36	40	38	40	3	NS	--	126	121	114	111	NS	--	NS	--
	Santo Amaro	35	30	--	33	35	2	NS	--	123	113	109	109	NS	--	NS	--
	Diadema	37	31	36	35	37	3	NS	--	112	100	97	95	NS	--	NS	--
	Guarulhos	--	--	--	--	--	0	SC	--	161	160	136	130	SAT	MOD	SAT	MOD

MA = Média aritmética das médias anuais

MM = Média máxima

NR = Número de anos representativos

EM = Estação Móvel

LP = Longo Prazo

CP = Curto Prazo

VD = Maior valor diário dos últimos 3 anos

(M) = Estação manual

Sat = Classificação de Saturação

NS = Não saturada

EVS = Em vias de saturação

SAT = Saturada

da

SC = Sem classificação

Sev = Classificação de Severidade

MOD = Moderado

SEV = Severo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela B – Classificação de saturação e severidade - Partículas Inaláveis - base 2008 a 2010

(conclusão)

	Estação	Média aritmética (µg/m³)			MA (µg/m³)	MM (µg/m³)	NR	Sat	Sev	Máxima dos últimos 3 anos (µg/m³)				Sat	Sev	Sat.	Sev.
		2008	2009	2010				LP	LP	1º VD	2º VD	3º VD	4º VD	CP	CP		
6	Mauá	--	32	43	38	43	2	NS	--	173	161	158	146	SAT	MOD	SAT	MOD
	Osasco	47	41	49	46	49	3	EVS	--	147	145	143	139	EVS	--	EVS	--
	Santo André - Capuava	30	26	32	29	32	3	NS	--	95	94	93	90	NS	--	NS	--
	Santo André-Paço Municipal	--	--	45	45	45	1	EVS	--	153	146	143	134	EVS	--	EVS	--
	São Bernardo do Campo	44	38	41	41	44	3	NS	--	142	134	133	132	NS	--	NS	--
	São Caetano do Sul	--	30	39	35	39	2	NS	--	135	132	129	116	NS	--	NS	--
	Taboão da Serra	--	38	40	39	40	2	NS	--	138	137	128	126	EVS	--	EVS	--
7	Cubatão - Centro	32	29	34	32	34	3	NS	--	136	129	129	123	NS	--	NS	--
	Cubatão - V.Mogi	--	48	59	54	59	2	SAT	MOD	330	244	228	219	SAT	MOD	SAT	MOD
	Cubatão - V.Parisi	99	68	86	84	99	3	SAT	SEV	350	328	267	261	SAT	SEV	SAT	SEV
	Santos - Porto	--	--	--	--	--	0	SC	--	233	202	179	176	SAT	MOD	SAT	MOD
9	Pirassununga	--	--	--	--	--	0	SC	--	111	86	84	67	SC	--	SC	--
10	Sorocaba	36	28	32	32	36	3	NS	--	98	98	96	95	NS	--	NS	--
13	Araraquara	--	29	36	33	36	2	NS	--	115	109	106	105	NS	--	NS	--
	Bauru	--	26	34	30	34	2	NS	--	114	109	104	103	NS	--	NS	--
	Jaú	--	26	31	29	31	2	NS	--	100	97	96	91	NS	--	NS	--
15	Catanduva	--	--	40	40	40	1	NS	--	150	106	103	102	EVS	--	EVS	--
	São José do Rio Preto *	32	28	42	34	42	3	NS	--	117	115	113	112	NS	--	NS	--
19	Araçatuba	--	26	--	26	26	1	NS	--	77	72	71	71	NS	--	NS	--
21	Marília	--	21	24	23	24	2	NS	--	88	86	75	73	NS	--	NS	--
22	Presidente Prudente	--	16	25	21	25	2	NS	--	102	88	82	81	NS	--	NS	--

*Ano de 2008 - Dados da Rede Manual; 2009 e 2010 – Dados da Rede Automática.

MA = Média aritmética das médias anuais
MM = Média máxima
NR = Número de anos representativos
EM = Estação Móvel

Sat = Classificação de Saturação
NS = Não saturada
EVS = Em vias de saturação
SAT = Saturada
SC = Sem classificação

LP = Longo Prazo
CP = Curto Prazo
VD = Maior valor diário dos últimos 3 anos
(M) = Estação manual

Sev = Classificação de Severidade
MOD = Moderado
SEV = Severo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela B1: MP₁₀ – Regras de classificação de saturação – Curto Prazo

Período	NR	Saturada	Em Vias de Saturação	Não Saturada
Curto prazo	3	4° VD > 150 µg/m³	3° VD > 135 µg/m³	3° VD ≤ 135 µg/m³
	2	3° VD > 150 µg/m³	2° VD > 135 µg/m³	2° VD ≤ 135 µg/m³
	1	2° VD > 150 µg/m³	1° VD > 135 µg/m³	1° VD ≤ 135 µg/m³
	0	2° VD > 150 µg/m³	1° VD > 135 µg/m³	SC

VD: Maior valor diário dos últimos 3 anos
Padrão Nacional de Qualidade do Ar (PQAR) = 150 µg/m³ - Padrão Diário

Tabela B2: MP₁₀ - Regras de classificação de severidade – Curto Prazo

Graduação	MP ₁₀
Moderado	150 µg/m³ < SVD ≤ 250 µg/m³
Severo	SVD > 250 µg/m³

SVD : Segundo maior valor diário nos últimos 3 anos

Tabela B3: MP₁₀ - Regras de classificação de saturação – Longo Prazo

Período	NR	Saturada	Em Vias de Saturação	Não Saturada
Longo prazo	3	MA > 50 µg/m³	MA > 45 µg/m³	MA ≤ 45 µg/m³
	2	MA > 45 µg/m³	MA > 40 µg/m³	MA ≤ 40 µg/m³
	1	MA > 45 µg/m³	MA > 40 µg/m³	MA ≤ 40 µg/m³
	0	SC	SC	SC

Padrão Nacional de Qualidade do Ar (PQAR) = 50 µg/m³ - Padrão Anual

Tabela B4: MP₁₀ - Regras de classificação de severidade – Longo Prazo

Graduação	MP ₁₀
Moderado	50 µg/m³ < MM ≤ 70 µg/m³
Severo	MM > 70 µg/m³



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela C – Classificação de saturação e severidade - Fumaça - base 2008 a 2010

UGRHI	Estação	Média aritmética ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)			MA	MM	NR	Sat	Sev	Máxima dos últimos 3 anos ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)				Sat	Sev	Sat.	Sev.
		2008	2009	2010	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	($\mu\text{g}/\text{m}^3$)		LP	LP	1º VD	2º VD	3º VD	4º VD	CP	CP		
2	S. José dos Campos - S. Dimas	15	14	16	15	16	3	NS	--	118	46	43	42	NS	--	NS	--
	Taubaté - Centro	13	11	12	12	13	3	NS	--	48	45	33	30	NS	--	NS	--
4	São José do Rio Pardo	--	--	9	9	9	1	NS	--	27	24	19	18	NS	--	NS	--
5	Americana - Centro	14	14	17	15	17	3	NS	--	62	53	51	49	NS	--	NS	--
	Jundiaí - Centro	30	28	28	29	30	3	NS	--	105	93	91	82	NS	--	NS	--
	Limeira - Centro	30	27	28	28	30	3	NS	--	96	93	90	83	NS	--	NS	--
	Piracicaba - Centro	18	14	18	17	18	3	NS	--	66	62	56	54	NS	--	NS	--
	Salto - Centro	--	--	25	25	25	1	NS	--	64	60	60	56	NS	--	NS	--
6	Campos Eliseos	40	37	42	40	42	3	NS	--	164	153	114	107	NS	--	NS	--
	Cerqueira César	40	38	38	39	40	3	NS	--	131	113	93	92	NS	--	NS	--
	Ibirapuera	19	16	18	18	19	3	NS	--	96	74	68	67	NS	--	NS	--
	Moema	32	29	28	30	32	3	NS	--	176	174	133	116	NS	--	NS	--
	Mogi das Cruzes - Centro	15	12	--	14	15	2	NS	--	58	41	36	35	NS	--	NS	--
	Pinheiros	--	23	26	25	26	2	NS	--	117	111	95	74	NS	--	NS	--
	Praça da República	34	35	37	35	37	3	NS	--	137	130	127	107	NS	--	NS	--
	Tatuapé	32	32	34	33	34	3	NS	--	136	132	131	116	NS	--	NS	--
7	Santos - Embaré	26	23	28	26	28	3	NS	--	89	75	66	59	NS	--	NS	--
8	Franca - Centro	3	6	9	6	9	3	NS	--	30	30	23	21	NS	--	NS	--
10	Itu - Centro	19	18	14	17	19	3	NS	--	58	55	54	45	NS	--	NS	--
	Sorocaba - Centro	41	34	32	36	41	3	NS	--	113	106	90	90	NS	--	NS	--
	Votorantim - Centro	16	15	13	15	16	3	NS	--	59	40	39	35	NS	--	NS	--
13	Araraquara - Centro	16	16	--	16	16	2	NS	--	67	59	52	50	NS	--	NS	--
	São Carlos - Centro	--	20	21	21	21	2	NS	--	86	72	55	50	NS	--	NS	--

MA = Média aritmética das médias anuais
MM = Média máxima
NR = Número de anos representativos

LP = Longo Prazo
CP = Curto Prazo
VD = Maior valor diário dos últimos 3 anos

Sat = Classificação de Saturação
NS = Não saturada
EVS = Em vias de saturação
SAT = Saturada
SC = Sem classificação

Sev = Classificação de Severidade
MOD = Moderado
SEV = Severo

Tabela C1: Fumaça – Regras de classificação de saturação – Curto Prazo

Período	NR	Saturada	Em Vias de Saturação	Não Saturada
Curto prazo	3	4º VD > 150 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	3º VD > 135 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	3º VD ≤ 135 $\mu\text{g}/\text{m}^3$
	2	3º VD > 150 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	2º VD > 135 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	2º VD ≤ 135 $\mu\text{g}/\text{m}^3$
	1	2º VD > 150 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	1º VD > 135 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	1º VD ≤ 135 $\mu\text{g}/\text{m}^3$
	0	2º VD > 150 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	1º VD > 135 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	SC

VD: Maior valor diário dos últimos 3 anos
Padrão Nacional de Qualidade do Ar (PQAR) = 150 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ - Padrão Diário



Tabela C2: Fumaça - Regras de classificação de severidade – Curto Prazo

Graduação	Fumaça
Moderado	$150 \mu\text{g}/\text{m}^3 < \text{SVD} \leq 250 \mu\text{g}/\text{m}^3$
Severo	$\text{SVD} > 250 \mu\text{g}/\text{m}^3$

SVD : Segundo maior valor diário nos últimos 3 anos

Tabela C3: Fumaça – Regras de classificação de saturação – Longo Prazo

Período	NR	Saturada	Em Vias de Saturação	Não Saturada
Longo Prazo	3	$\text{MA} > 60 \mu\text{g}/\text{m}^3$	$\text{MA} > 54 \mu\text{g}/\text{m}^3$	$\text{MA} \leq 54 \mu\text{g}/\text{m}^3$
	2	$\text{MA} > 54 \mu\text{g}/\text{m}^3$	$\text{MA} > 48 \mu\text{g}/\text{m}^3$	$\text{MA} \leq 48 \mu\text{g}/\text{m}^3$
	1	$\text{MA} > 54 \mu\text{g}/\text{m}^3$	$\text{MA} > 48 \mu\text{g}/\text{m}^3$	$\text{MA} \leq 48 \mu\text{g}/\text{m}^3$
	0	SC	SC	SC

Padrão Nacional de Qualidade do Ar (PQAR) = $60 \mu\text{g}/\text{m}^3$ - Padrão Anual

Tabela C4: Fumaça - Regras de classificação de severidade – Longo Prazo

Graduação	Fumaça
Moderado	$60 \mu\text{g}/\text{m}^3 < \text{MM} < 80 \mu\text{g}/\text{m}^3$
Severo	$\text{MM} > 80 \mu\text{g}/\text{m}^3$



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela D – Classificação de saturação e severidade - Partículas Totais em Suspensão base 2008 a 2010

UGRHI	Estação	Média geométrica ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)			MA ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	MM ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	NR	Sat	Sev	Máxima dos últimos 3 anos ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)				Sat	Sev	Sat	Sev
		2008	2009	2010				LP	LP	1º VD	2º VD	3º VD	4º VD	CP	CP		
5	Cordeirópolis - Módolo	77	66	70	71	77	3	NS	--	237	215	212	202	NS	--	NS	--
6	Cerqueira César	59	50	55	55	59	3	NS	--	198	177	165	162	NS	--	NS	--
	Congonhas	--	98	89	94	98	2	SAT	MOD	198	192	189	180	NS	--	SAT	MOD
	Ibirapuera	46	40	47	44	47	3	NS	--	183	176	165	163	NS	--	NS	--
	Osasco	104	--	104	104	104	2	SAT	MOD	277	259	257	255	SAT	MOD	SAT	MOD
	Pinheiros	71	60	64	65	71	3	NS	--	267	233	219	211	EVS	--	EVS	--
	Santo Amaro	--	--	--	--	--	0	SC	--	168	107	104	95	SC	--	SC	--
	Santo André - Capuava	55	50	58	54	58	3	NS	--	185	177	158	153	NS	--	NS	--
	São Bernardo do Campo	81	58	64	68	81	3	NS	--	240	235	224	215	EVS	--	EVS	--
	São Caetano do Sul	--	60	63	62	63	2	NS	--	182	180	162	154	NS	--	NS	--
7	Cubatão - Vila Parisi	217	138	195	183	217	3	SAT	SEV	505	487	458	432	SAT	SEV	SAT	SEV
	Santos - Porto	--	--	--	--	--	0	SC	--	550	442	433	414	SAT	SEV	SAT	SEV

MA = Média aritmética das médias anuais
MM = Média máxima
NR = Número de anos representativos

LP = Longo Prazo
CP = Curto Prazo
VD = Maior valor diário dos últimos 3 anos

Sat = Classificação de Saturação
NS = Não saturada
EVS = Em vias de saturação
SAT = Saturada
SC = Sem classificação

Sev = Classificação de Severidade
MOD = Moderado
SEV = Severo

Tabela D1: PTS – Regras de classificação de saturação – Curto Prazo

Período	NR	Saturada	Em Vias de Saturação	Não Saturada
Curto Prazo	3	4º VD > 240 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	3º VD > 216 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	3º VD \leq 216 $\mu\text{g}/\text{m}^3$
	2	3º VD > 240 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	2º VD > 216 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	2º VD \leq 216 $\mu\text{g}/\text{m}^3$
	1	2º VD > 240 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	1º VD > 216 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	1º VD \leq 216 $\mu\text{g}/\text{m}^3$
	0	2º VD > 240 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	1º VD > 216 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	SC

VD: Maior valor diário dos últimos 3 anos
Padrão Nacional de Qualidade do Ar (PQAR) = 240 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ - Padrão Diário

Tabela D2: PTS - Regras de classificação de severidade – Curto Prazo

Graduação	PTS
Moderado	240 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ < SVD \leq 375 $\mu\text{g}/\text{m}^3$
Severo	SVD > 375 $\mu\text{g}/\text{m}^3$

SVD : Segundo maior valor diário nos últimos 3 anos



Tabela D3: PTS – Regras de classificação de saturação – Longo Prazo

Período	NR	Saturada	Em Vias de Saturação	Não Saturada
Longo Prazo	3	$MA > 80 \mu\text{g}/\text{m}^3$	$MA > 72 \mu\text{g}/\text{m}^3$	$MA \leq 72 \mu\text{g}/\text{m}^3$
	2	$MA > 72 \mu\text{g}/\text{m}^3$	$MA > 64 \mu\text{g}/\text{m}^3$	$MA \leq 64 \mu\text{g}/\text{m}^3$
	1	$MA > 72 \mu\text{g}/\text{m}^3$	$MA > 64 \mu\text{g}/\text{m}^3$	$MA \leq 64 \mu\text{g}/\text{m}^3$
	0	SC	SC	SC

Padrão Nacional de Qualidade do Ar (PQAR) = $80 \mu\text{g}/\text{m}^3$ - Padrão Anual

Tabela D4: PTS - Regras de classificação de severidade – Longo Prazo

Graduação	PTS
Moderado	$80 \mu\text{g}/\text{m}^3 < MM < 110 \mu\text{g}/\text{m}^3$
Severo	$MM > 110 \mu\text{g}/\text{m}^3$



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela E – Classificação de saturação e severidade – Dióxido de enxofre - base 2008 a 2010

(continua)

UGRHI	Estação	Média aritmética ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)			MA ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	MM ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	NR	Sat	Sev	Máxima dos últimos 3 anos ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)				Sat	Sev	Sat	Sev
		2008	2009	2010				LP	LP	1º VD	2º VD	3º VD	4º VD	CP	CP		
2	Guaratinguetá - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Jacareí - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	S. José dos Campos - S. Dimas	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	São José dos Campos	--	--	3	3	3	1	NS	--	30	15	14	13	NS	--	NS	--
	Taubaté - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
4	Ribeirão Preto - C. Eliseos	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
5	Americana - Centro	4	4	--	4	4	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Campinas - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Cosmópolis - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Jundiaí - Centro	4	4	3	4	4	3	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Jundiaí - Vila Arens	5	4	5	5	5	3	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Limeira - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Limeira - Ceset	4	4	--	4	4	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Paulínia	5	6	6	6	6	3	NS	--	24	24	22	21	NS	--	NS	--
	Paulínia - Bairro Cascata	20	14	16	17	20	3	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Paulínia - Centro	5	5	--	5	5	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Paulínia - Sta. Terezinha	6	6	6	6	6	3	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Piracicaba - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Salto - Centro	--	--	5	5	5	1	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
6	Campos Eliseos	5	4	3	4	5	3	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Cerqueira César (A)	7	5	4	5	7	3	NS	--	24	23	23	22	NS	--	NS	--
	Cerqueira César (P)	4	4	3	4	4	3	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Congonhas	11	12	8	10	12	3	NS	--	33	32	32	30	NS	--	NS	--
	Guarulhos	--	--	--	--	--	0	SC	--	15	15	14	14	SC	--	SC	--
	Moema	4	3	3	3	4	3	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Mogi das Cruzes - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Osasco	--	8	6	7	8	2	NS	--	24	21	21	20	NS	--	NS	--
	Pinheiros	4	4	5	4	5	3	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Praça da República	5	3	3	4	5	3	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	São Caetano do Sul	6	--	5	6	6	2	NS	--	21	20	20	20	NS	--	NS	--
	Tatuapé	5	4	3	4	5	3	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--

* As linhas em que não são apresentados os valores diários, se referem a pontos de medição com amostrador passivo.

MA = Média aritmética das médias anuais

MM = Média máxima

NR = Número de anos representativos

EM = Estação Móvel

(A) = estação automática

LP = Longo Prazo

CP = Curto Prazo

VD = Maior valor diário dos últimos 3 anos

(P) = amostrador passivo

Sat = Classificação de Saturação

NS = Não saturada

EVS = Em vias de saturação

SAT = Saturada

SC = Sem classificação

Sev = Classificação de Severidade

MOD = Moderado

SEV = Severo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela E – Classificação de saturação e severidade – Dióxido de enxofre - base 2008 a 2010

(conclusão)

UGRHI	Estação	Média aritmética (µg/m³)			MA (µg/m³)	MM (µg/m³)	NR	Sat LP	Sev LP	Máxima dos últimos 3 anos (µg/m³)				Sat CP	Sev CP	Sat	Sev
		2008	2009	2010						1º VD	2º VD	3º VD	4º VD				
7	Cubatão - Centro	13	14	15	14	15	3	NS	--	92	79	79	77	NS	--	NS	--
	Cubatão - Vale do Mogi	--	10	11	11	11	2	NS	--	81	59	56	51	NS	--	NS	--
	Cubatão - Vila Parisi	19	--	19	19	19	2	NS	--	273	125	110	89	NS	--	NS	--
	Santos - Embaré	10	10	13	11	13	3	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
8	Franca - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
10	Itu - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Sorocaba - Centro	4	3	--	4	4	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Votorantim - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
13	Araraquara - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	Bauru - Centro	4	3	--	4	4	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
	São Carlos - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
19	Araçatuba - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--
22	Presidente Prudente - Centro	3	3	--	3	3	2	NS	--	--	--	--	--	NS	--	NS	--

* As linhas em que não são apresentados os valores diários, se referem a pontos de medição com amostrador passivo.

MA = Média aritmética das médias anuais

MM = Média máxima

NR = Número de anos representativos

EM = Estação Móvel (A) = estação automática

LP = Longo Prazo

CP = Curto Prazo

VD = Maior valor diário dos últimos 3 anos

(P) = amostrador passivo

Sat = Classificação de Saturação

NS = Não saturada

EVS = Em vias de saturação

SAT = Saturada

SC = Sem classificação

Sev = Classificação de Severidade

MOD = Moderado

SEV = Severo



Tabela E1: SO₂ – Regras de classificação de saturação – Curto Prazo

Período	NR	Saturada	Em Vias de Saturação	Não Saturada
Curto Prazo	3	4° VD > 365 µg/m ³	3° VD > 329 µg/m ³	3° VD ≤ 329 µg/m ³
	2	3° VD > 365 µg/m ³	2° VD > 329 µg/m ³	2° VD ≤ 329 µg/m ³
	1	2° VD > 365 µg/m ³	1° VD > 329 µg/m ³	1° VD ≤ 329 µg/m ³
	0	2° VD > 365 µg/m ³	1° VD > 329 µg/m ³	SC

VD: Maior valor diário dos últimos 3 anos
Padrão Nacional de Qualidade do Ar (PQAR) = 365 µg/m³ - Padrão Diário

Tabela E2: SO₂ - Regras de classificação de severidade – Curto Prazo

Graduação	SO ₂
Moderado	365 µg/m ³ < SVD ≤ 800 µg/m ³
Severo	SVD > 800 µg/m ³

SVD : Segundo maior valor diário nos últimos 3 anos

Tabela E3: SO₂ – Regras de classificação de saturação – Longo Prazo

Período	NR	Saturada	Em Vias de Saturação	Não Saturada
Longo Prazo	3	MA > 80 µg/m ³	MA > 72 µg/m ³	MA ≤ 72 µg/m ³
	2	MA > 72 µg/m ³	MA > 64 µg/m ³	MA ≤ 64 µg/m ³
	1	MA > 72 µg/m ³	MA > 64 µg/m ³	MA ≤ 64 µg/m ³
	0	SC	SC	SC

Padrão Nacional de Qualidade do Ar (PQAR) = 80 µg/m³ - Padrão Anual

Tabela E4: SO₂ - Regras de classificação de severidade – Longo Prazo

Graduação	SO ₂
Moderado	80 µg/m ³ < MM < 125 µg/m ³
Severo	MM > 125 µg/m ³



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela F – Classificação de saturação e severidade – Ozônio - base 2008 a 2010

UGRHI	Estação	Máxima dos últimos 3 anos (µg/m³)				NR	Sat	Sev
		1º VD	2º VD	3º VD	4º VD		CP	CP
2	São José dos Campos	258	232	229	229	3	SAT	SER
4	Ribeirão Preto	142	139	136	135	3	NS	--
5	Americana	236	221	205	199	3	SAT	SER
	Jundiaí	235	222	220	214	2	SAT	SER
	Paulínia	228	225	216	212	3	SAT	SER
	Paulínia Sul	250	228	212	208	2	SAT	SER
	Piracicaba	230	197	194	192	2	SAT	MOD
6	Ibirapuera	291	259	253	232	3	SAT	SEV
	IPEN USP	308	279	276	273	3	SAT	SEV
	Itaquera - EM	333	261	249	245	1	SAT	SEV
	Moóca	246	223	220	217	3	SAT	SER
	Nossa Senhora do Ó	245	244	236	230	3	SAT	SEV
	Parelheiros	229	214	212	196	3	SAT	SER
	Parque D. Pedro II	255	249	236	235	2	SAT	SEV
	Pinheiros	237	203	193	192	3	SAT	SER
	Santana	263	247	229	225	3	SAT	SEV
	Santo Amaro	277	272	264	264	2	SAT	SEV
	Diadema	262	239	213	209	3	SAT	SER
	Mauá	267	244	237	222	2	SAT	SEV
	Santo André - Capuava	248	241	231	229	2	SAT	SEV
	São Caetano do Sul	316	267	236	225	3	SAT	SEV
7	Cubatão - Centro	279	262	251	245	3	SAT	SEV
	Cubatão - Vale do Mogi	204	201	196	195	2	SAT	SER
10	Sorocaba	199	182	165	164	3	SAT	MOD
13	Araraquara	151	151	151	148	2	EVS	--
	Bauru	181	162	150	148	2	EVS	--
	Jaú	194	180	179	174	2	SAT	MOD
15	Catanduva	149	149	145	144	1	EVS	--
	São José do Rio Preto	189	171	171	157	2	SAT	MOD
19	Araçatuba	178	170	155	151	2	EVS	--
21	Marília	177	170	157	155	2	EVS	--
22	Presidente Prudente	164	154	150	145	2	EVS	--

NR = Número de anos representativos
 EM = Estação Móvel

CP = Curto Prazo
 VD = Maior valor diário dos últimos 3 anos

Sat = Classificação de Saturação
 NS = Não saturada
 EVS = Em vias de saturação
 SAT = Saturada
 SC = Sem classificação

Sev = Classificação de Severidade
 MOD = Moderado
 SER = Sério
 SEV = Severo



Tabela F1: O₃ – Regras de classificação de saturação – Curto Prazo

Período	NR	Saturada	Em Vias de Saturação	Não Saturada
Curto Prazo	3	4° VD > 160 µg/m ³	3° VD > 144 µg/m ³	3° VD ≤ 144 µg/m ³
	2	3° VD > 160 µg/m ³	2° VD > 144 µg/m ³	2° VD ≤ 144 µg/m ³
	1	2° VD > 160 µg/m ³	1° VD > 144 µg/m ³	1° VD ≤ 144 µg/m ³
	0	2° VD > 160 µg/m ³	1° VD > 144 µg/m ³	SC

VD: Maior valor diário dos últimos 3 anos

Padrão Nacional de Qualidade do Ar (PQAR) = 160 µg/m³ - Padrão de 1 hora

Tabela F2: O₃ - Regras de classificação de severidade – Curto Prazo

Graduação	O ₃
Moderado	160 µg/m ³ < SVD ≤ 200 µg/m ³
Sério	200 µg/m ³ < SVD ≤ 240 µg/m ³
Severo	SVD > 240 µg/m ³

SVD : Segundo maior valor diário nos últimos 3 anos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela G – Classificação de saturação e severidade – Monóxido de Carbono - base 2008 a 2010

UGRHI	Estação	Máxima dos últimos 3 anos (ppm)				NR	Sat	Sev
		1º VD	2º VD	3º VD	4º VD		CP	CP
4	Ribeirão Preto	2,0	2,0	1,9	1,8	0	SC	--
5	Campinas - Centro	3,8	3,8	3,5	3,4	3	NS	--
6	Centro	5,4	5,2	5,0	5,0	2	NS	--
	Cerqueira Cesar	4,6	4,6	4,6	4,4	3	NS	--
	Congonhas	8,4	7,1	7,0	6,6	3	NS	--
	Ibirapuera	7,0	6,2	5,0	4,9	3	NS	--
	IPEN USP	4,8	4,7	4,6	4,5	3	NS	--
	Moóca	5,6	4,7	4,5	4,3	3	NS	--
	Parelheiros	4,6	4,3	4,0	4,0	3	NS	--
	Parque D. Pedro II	5,3	5,0	4,9	4,3	2	NS	--
	Pinheiros	7,6	7,1	7,1	6,9	3	NS	--
	Santo Amaro	5,6	4,7	4,4	4,3	2	NS	--
	Osasco	5,5	5,3	5,3	5,2	3	NS	--
	Santo André - Paço Municipal	6,9	6,7	6,2	5,7	1	NS	--
	São Caetano do Sul	8,0	8,0	7,5	6,8	3	NS	--
	Taboão da Serra	8,2	8	7,9	7,8	3	NS	--

NR = Número de anos representativos
 EM = Estação Móvel

CP = Curto Prazo
 VD = Maior valor diário dos últimos 3 anos

Sat = Classificação de Saturação
 NS = Não saturada
 EVS = Em vias de saturação
 SAT = Saturada
 SC = Sem classificação

Sev = Classificação de Severidade
 MOD = Moderado
 SEV = Severo

Tabela G1: CO – Regras de classificação de saturação – Curto Prazo

Período	NR	Saturada	Em Vias de Saturação	Não Saturada
Curto Prazo	3	4º VD > 9 ppm	3º VD > 8,1 ppm	3º VD ≤ 8,1 ppm
	2	3º VD > 9 ppm	2º VD > 8,1 ppm	2º VD ≤ 8,1 ppm
	1	2º VD > 9 ppm	1º VD > 8,1 ppm	1º VD ≤ 8,1 ppm
	0	2º VD > 9 ppm	1º VD > 8,1 ppm	SC

VD: Maior valor diário dos últimos 3 anos

Padrão Nacional de Qualidade do Ar (PQAR) = 9 ppm - Padrão de 8 horas

Tabela G2: CO - Regras de classificação de severidade – Curto Prazo

Graduação	CO
Moderado	9 ppm < SVD ≤ 15 ppm
Severo	SVD > 15 ppm

SVD : Segundo maior valor diário nos últimos 3 anos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela H – Classificação de saturação e severidade – Dióxido de nitrogênio - base 2008 a 2010

UGRHI	Estação	Média aritmética (µg/m³)			MA (µg/m³)	MM (µg/m³)	NR	Sat LP	Sev LP	Máxima dos últimos 3 anos (µg/m³)				Sat CP	Sev CP	Sat	Sev
		2008	2009	2010						1º VD	2º VD	3º VD	4º VD				
4	Ribeirão Preto	--	19	21	20	21	2	NS	--	117	106	106	105	NS	--	NS	--
5	Jundiaí	--	28	32	30	32	2	NS	--	176	165	161	160	NS	--	NS	--
	Paulínia	--	--	25	25	25	1	NS	--	149	148	148	143	NS	--	NS	--
	Paulínia Sul	--	23	21	22	23	2	NS	--	120	120	117	109	NS	--	NS	--
	Piracicaba	--	34	--	34	34	1	NS	--	195	183	166	160	NS	--	NS	--
6	Cerqueira César	63	58	53	58	63	3	NS	--	285	281	265	252	NS	--	NS	--
	Congonhas	77	73	67	72	77	3	NS	--	500	338	312	283	EVS	--	EVS	--
	Ibirapuera	39	37	42	39	42	3	NS	--	226	215	210	208	NS	--	NS	--
	IPEN USP	35	31	26	31	35	3	NS	--	350	279	253	208	NS	--	NS	--
	Itaquera - EM	--	--	--	--	--	0	SC	--	267	146	117	114	SC	--	SC	--
	Parelheiros	--	--	30	30	30	1	NS	--	203	193	190	163	NS	--	NS	--
	Parque D. Pedro II	31	50	54	45	54	3	NS	--	293	247	240	239	NS	--	NS	--
	Pinheiros	52	45	49	49	52	3	NS	--	268	239	227	215	NS	--	NS	--
	Mauá	--	26	28	27	28	2	NS	--	178	162	143	142	NS	--	NS	--
	Osasco	--	--	60	60	60	1	NS	--	257	253	250	241	NS	--	NS	--
	São Caetano do Sul	--	41	45	43	45	2	NS	--	219	214	213	208	NS	--	NS	--
	Taboão da Serra	44	37	49	43	49	3	NS	--	288	213	213	203	NS	--	NS	--
7	Cubatão - Centro	--	15	17	16	17	2	NS	--	189	173	145	142	NS	--	NS	--
	Cubatão - Vale do Mogi	--	--	31	31	31	1	NS	--	216	209	162	149	NS	--	NS	--
	Cubatão - Vila Parisi	--	--	43	43	43	1	NS	--	227	189	165	158	NS	--	NS	--
10	Sorocaba	25	20	21	22	25	3	NS	--	158	151	151	144	NS	--	NS	--
13	Araraquara	--	21	22	22	22	2	NS	--	155	155	151	150	NS	--	NS	--
	Bauru	--	19	21	20	21	2	NS	--	180	164	153	148	NS	--	NS	--
	Jaú	--	16	--	16	16	1	NS	--	119	112	108	106	NS	--	NS	--
15	Catanduva	--	--	--	--	--	0	SC	--	130	116	115	111	SC	--	SC	--
	São José do Rio Preto	--	20	22	21	22	2	NS	--	147	136	126	124	NS	--	NS	--
19	Araçatuba	--	8	10	9	10	2	NS	--	155	108	108	105	NS	--	NS	--
21	Marília	--	15	15	15	15	2	NS	--	145	138	134	128	NS	--	NS	--
22	Presidente Prudente	--	15	15	15	15	2	NS	--	147	137	136	134	NS	--	NS	--

MA = Média aritmética das médias anuais
MM = Média máxima
NR = Número de anos representativos
EM = Estação Móvel

Sat = Classificação de Saturação
NS = Não saturada
EVS = Em vias de saturação
SAT = Saturada
SC = Sem classificação

LP = Longo Prazo
CP = Curto Prazo
VD = Maior valor diário dos últimos 3 anos

Sev = Classificação de Severidade
MOD = Moderado
SEV = Severo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tabela H1: NO₂ – Regras de classificação de saturação – Curto Prazo

Período	NR	Saturada	Em Vias de Saturação	Não Saturada
Curto Prazo	3	4° VD > 320 µg/m ³	3° VD > 288 µg/m ³	3° VD ≤ 288 µg/m ³
	2	3° VD > 320 µg/m ³	2° VD > 288 µg/m ³	2° VD ≤ 288 µg/m ³
	1	2° VD > 320 µg/m ³	1° VD > 288 µg/m ³	1° VD ≤ 288 µg/m ³
	0	2° VD > 320 µg/m ³	1° VD > 288 µg/m ³	SC

VD: Maior valor diário dos últimos 3 anos

Padrão Nacional de Qualidade do Ar (PQAR) = 320 µg/m³ - Padrão de 1 hora

Tabela H2: NO₂ - Regras de classificação de severidade – Curto Prazo

Graduação	NO ₂
Moderado	320 µg/m ³ < SVD ≤ 1130 µg/m ³
Severo	SVD > 1130 µg/m ³

SVD : Segundo maior valor diário nos últimos 3 anos

Tabela H3: NO₂ – Regras de classificação de saturação – Longo Prazo

Período	NR	Saturada	Em Vias de Saturação	Não Saturada
Longo Prazo	3	MA > 100 µg/m ³	MA > 90 µg/m ³	MA ≤ 90 µg/m ³
	2	MA > 90 µg/m ³	MA > 80 µg/m ³	MA ≤ 80 µg/m ³
	1	MA > 90 µg/m ³	MA > 80 µg/m ³	MA ≤ 80 µg/m ³
	0	SC	SC	SC

Padrão Nacional de Qualidade do Ar (PQAR) = 100 µg/m³ - Padrão Anual

Tabela H4: NO₂ - Regras de classificação de severidade – Longo Prazo

Graduação	NO ₂
Moderado	100 µg/m ³ < MM < 160 µg/m ³
Severo	MM > 160 µg/m ³

E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, Germano Seara Filho, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.